



BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 10 | outubro 2016



Gabinete de Estratégia e Estudos
Ministério da Economia

GPEARI

**Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação
e Relações Internacionais**

Ministério das Finanças

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: outubro de 2016

Elaborado com informação disponível até ao dia 31 de outubro.

Editores:

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia

Rua da Prata, 8

1149-057 Lisboa

Telefone: +351 217 921 372

Fax: +351 217 921 398

URL: <http://www.gee.min-economia.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças

Av. Infante D. Henrique n.º. 1 – 1.º

1100 – 278 Lisboa

Telefone: +351 21 8823396

Fax: +351 21 8823399

URL: <http://www.gpeari.min-financas.pt>

E-Mail: bmep@gpeari.min-financas.pt

ISSN: 1646-9072



(Esta publicação respeita as regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa)

Índice

Conjuntura	5
Sumário	7
1. Enquadramento Internacional	11
2. Conjuntura Nacional	15
3. Comércio Internacional	27
Destaques	33
Proposta do Orçamento do Estado para 2017	35
Artigos	39
Em Análise	41
Vantagens Comparativas da Indústria Transformadora de Portugal	41
Iniciativas e Medidas Legislativas	51
Lista de Acrónimos	57

Conjuntura

Sumário

Enquadramento Internacional

- * No conjunto dos meses de julho e agosto de 2016, a produção industrial mundial desacelerou para 1,3% em termos homólogos (1,5% no 2.º trimestre) devido sobretudo ao abrandamento dos países emergentes e em desenvolvimento. O comércio mundial também piorou, em resultado também do enfraquecimento das trocas comerciais dos países emergentes e em desenvolvimento; já que se assistiu a uma ligeira melhoria das importações e a uma recuperação das exportações das economias avançadas.
- * No 3.º trimestre de 2016, assistiu-se, nos EUA, a uma relativa estabilização da atividade económica e do mercado de trabalho; o PIB do Reino Unido reforçou o seu crescimento, tendo aumentado para 2,3% em termos homólogos reais (2,1% no 2.º trimestre) e, a produção industrial do Japão recuperou. De entre os países emergentes, o PIB da China aumentou 6,7% em termos homólogos reais (igual ao primeiro semestre de 2016) mas as trocas comerciais continuaram a registar uma variação negativa. Em agosto de 2016, a taxa de inflação homóloga para o conjunto dos países da OCDE subiu para 0,9%, e, continuou elevada no Brasil e na Rússia.
- * No terceiro trimestre de 2016, o indicador de sentimento económico estabilizou para a área do euro (AE); enquanto diminuiu para a União Europeia (UE). Também, o indicador previsional do Banco de Itália, de setembro de 2016, indica que o PIB trimestral em cadeia da área do euro aumentou, pelo 4.º mês consecutivo (+0,3%, no 2.º trimestre) regressando ao valor de março de 2016. Os indicadores quantitativos para a área do euro, no conjunto dos meses de julho e agosto de 2016, indicam um abrandamento da produção industrial; uma melhoria das exportações de bens em termos nominais e, uma relativa estabilização das vendas a retalho. Em agosto de 2016, a taxa de desemprego estabilizou tanto para a UE como para a AE, tendo-se mantido em 8,6% e 10,1%, respetivamente. Em setembro de 2016, a taxa de inflação homóloga da área do euro subiu para 0,4% (0,2% em agosto) e, manteve-se, em 0,1%, em termos de variação dos últimos 12 meses.
- * Em outubro de 2016 e, até ao dia 26, o preço spot do petróleo Brent aumentou para se situar, em média, em 52 USD/bbl (47 €/bbl). Esta tendência ascendente resulta da possível concretização da descida da produção por parte da OPEP, decidida em reunião informal no final do mês de setembro.
- * As taxas de juro de curto prazo prosseguiram em outubro de 2016 o seu movimento descendente para a área do euro, renovando níveis historicamente baixos, para se situarem, em média, em -0,31%, até ao dia 26; enquanto subiram nos EUA, para 0,88%.
- * Em outubro de 2016, o euro tem vindo a depreciar-se face ao dólar, tendo atingido 1,09 no dia 25 (o valor mais baixo desde meados de março deste ano). Esta evolução prende-se, em parte, com a expectativa, de nos próximos meses, o BCE anunciar novos estímulos monetários e alterar o atual programa de ativos que vai pelo menos até março de 2017. No início do 4.º trimestre de 2016, os índices bolsistas internacionais apresentam globalmente menos favoráveis associados à influência de alguns factores de risco, no curto prazo, que implicam o aumento da incerteza quanto às suas consequências, com destaque para: as eleições presidenciais nos EUA; referendo constitucional em Itália e, eventual segunda subida das taxas de juro de referência pela Reserva Federal dos EUA.

Conjuntura Nacional

- * De acordo com os dados publicados pelo INE para o 3.º trimestre de 2016, o indicador de clima económico registou uma melhoria quando comparado com o trimestre precedente.
- * No 3.º trimestre do ano registou-se uma melhoria generalizada nos indicadores de confiança.

- * O Indicador de Máquinas e Equipamentos do INE registou um crescimento homólogo de 1,6%, o que representa um aumento de 0,8 p.p. face ao registado no 2.º trimestre de 2016.
- * O Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho registou um crescimento de 3,6%, valor superior em 1,4 p.p. quando comparado com o segundo trimestre do ano.
- * No final do terceiro trimestre 2016, o número de desempregados registados nos centros de emprego diminuiu 8,8%, enquanto as colocações, durante o mesmo período, caíram 23,3% face ao terceiro trimestre de 2015.
- * Em setembro de 2016, a variação homóloga do IPC fixou-se em 0,6%, uma décima abaixo do valor registado em agosto, enquanto o IHPC cresceu 0,5%, também 0,1 p.p. abaixo do registado um mês antes. Já o IPPI apresentou uma variação homóloga menos negativa quando comparado com agosto (-1,7% e -3%, respetivamente).
- * Até agosto de 2016, o excedente acumulado da balança corrente foi de 96 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 630 milhões de euros em termos homólogos.
- * A execução orçamental das Administrações Públicas registou, em setembro, um saldo global negativo de 2.924 milhões de euros. Este resultado representa uma melhoria de 292 milhões de relativamente ao mês homólogo¹. A receita efetiva apresentou um crescimento de 2,6%, superior ao aumento de 1,9% da despesa efetiva². No mesmo período, o saldo primário foi de 3.058 milhões de euros, o que corresponde a uma melhoria de 657 milhões de euros face ao mês homólogo.
- * O subsector da Administração Central concorreu para este resultado com um saldo global negativo de 4.794 milhões de euros, resultante de um saldo negativo de 4.967 milhões de euros do Estado e de um saldo positivo de 172 milhões de euros dos Serviços e Fundos Autónomos. A Segurança Social contribuiu com um saldo global positivo de 1.153 milhões de euros.
- * O subsector da Administração Regional registou um saldo global positivo da ordem dos 24 milhões de euros, enquanto o saldo global do subsector da Administração Local foi também positivo e no montante de 694 milhões de euros.
- * No final de agosto o total da dívida das Administrações Públicas (ótica de Maastricht) ascendia a 243.289 milhões de euros, valor que revela um aumento de 2.489 milhões de euros relativamente ao mês anterior (1%), e um aumento de 11.705 milhões de euros (5,1%) tendo como referência o final de 2015.
- * No final de setembro a dívida direta do Estado atingiu o montante de 239.995 milhões de euros, correspondendo a um aumento de 1.078 milhões de euros relativamente ao mês anterior (0,5%).

Comércio Internacional

- * Os **resultados preliminares das estatísticas do comércio internacional** recentemente divulgados³ apontam para um decréscimo homólogo das exportações de mercadorias de 1,1% nos primeiros oito meses de 2016. Neste mesmo período, as importações decresceram 0,9%, o que levou a um agravamento do défice da balança comercial (fob-cif) de 0,1%, correspondendo a 10 milhões de euros. A taxa de cobertura das importações pelas exportações foi de 83%, menos 0,2 p.p. que em igual período de 2015.
- * Nos primeiros oito meses de 2016, excluindo os produtos energéticos, as exportações de mercadorias registaram uma variação homóloga positiva (1,4%). As importações registaram uma varia-

¹ Exceto se for referido o contrário, os valores indicados foram apurados numa base de caixa.

² Exceto se for referido o contrário, as variações (nominais e em percentagem) referem-se ao período homólogo do ano anterior.

³ Resultados mensais preliminares de janeiro de 2016.

ção homóloga positiva superior ao crescimento das exportações (4,4%), o que levou a um agravamento do saldo negativo da respetiva balança comercial em 28,5%.

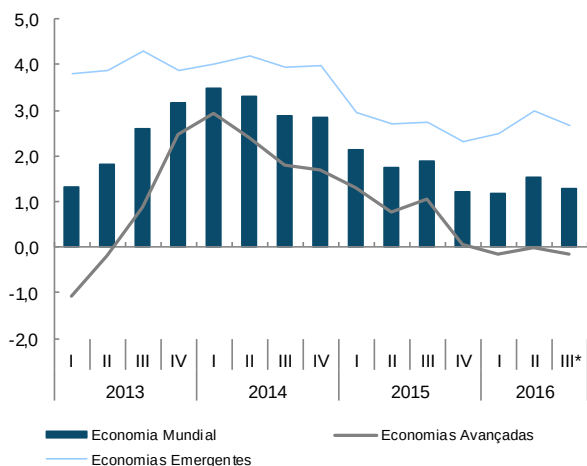
- * No último ano a terminar em agosto de 2016, as exportações de mercadorias diminuíram 0,5% em termos homólogos, sendo que a maioria dos grupos contribuiu positivamente para este comportamento. Destaca-se o contributo dos “Têxteis, vestuário e seus acessórios” (+0,6 p.p.), dos “Produtos acabados diversos”, dos “Químicos” e das “Máquinas e aparelhos e suas partes” (todos com +0,5 p.p.). Nos primeiros oito meses de 2016, deve igualmente destacar-se o contributo positivo dos “Têxteis, vestuário e seus acessórios” (+0,6 p.p.), seguido do contributo das “Máquinas e aparelhos e suas partes” (+0,5 p.p.) e dos “Produtos acabados diversos” (+0,4 p.p.).
- * De janeiro a agosto de 2016, as exportações para o mercado comunitário cresceram, em termos homólogos, 4,3% e contrariaram o decréscimo das exportações totais de mercadorias em 3,1 p.p.. As exportações para os países da UE-15 também aumentaram 4,3% e as exportações para os países do Alargamento 5,6%, registando contributos positivos de 2,9 p.p. e 0,2 p.p.. As exportações para Espanha, o principal mercado de destino das exportações portuguesas de mercadorias (26,5% do total de janeiro a agosto de 2016), registaram o maior contributo positivo Intra UE-15 (+1,2 p.p.), seguidas das exportações para a França e o Reino Unido (+0,9 p.p. e +0,5 p.p. respetivamente).
- * Nos primeiros oito meses de 2016, as exportações para os Países Terceiros registaram uma taxa de variação homóloga negativa de 15,4%, passando a representar 23,7% do total das exportações nacionais (-4 p.p. face ao período homólogo). Destaca-se o comportamento positivo das exportações para a Turquia (+17,4%) e a Suíça (+16,2%).
- * De acordo com os dados da Balança de Pagamentos divulgados para o mês de julho de 2016, as Exportações de Bens e Serviços registaram uma redução homóloga de 1,3% nos primeiros sete meses de 2016. A componente de Serviços registou uma performance positiva (+1%) tendo contrariado a redução das exportações totais em 0,3 p.p..

1. Enquadramento Internacional

Atividade Económica Mundial

No conjunto dos meses de julho e agosto de 2016, a produção industrial mundial desacelerou para 1,3% em termos homólogos (1,5% no 2.º trimestre) devido sobretudo ao abrandamento dos países emergentes e em desenvolvimento.

Figura 1.1. Produção Industrial
(VH, em %)



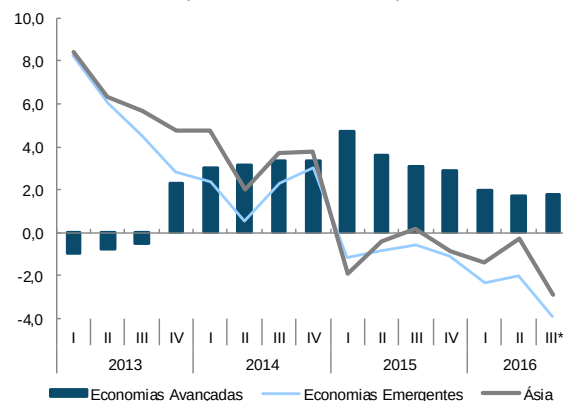
Fonte: CPB. * Média de julho e agosto.

Neste período, o comércio mundial de mercadorias também desacelerou, especialmente em resultado da deterioração das importações mundiais.

De facto, no conjunto dos meses de julho e agosto de 2016 e, em termos homólogos reais:

- o comércio mundial apresentou uma quebra de 0,2% (+0,2% no 2.º trimestre), facto que não sucedia desde 2009;
- as importações mundiais caíram, tendo diminuído 0,6% (+0,2% no 2.º trimestre) e, as exportações abrandaram para 0,2% (+0,3% no 2.º trimestre).

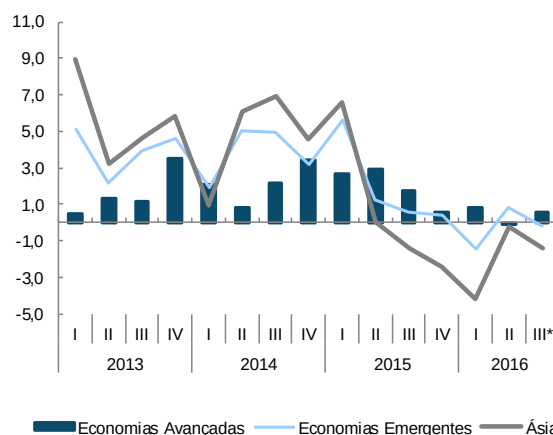
Figura 1.2. Importações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB. * Média de julho e agosto.

Os dados disponíveis para o 3.º trimestre de 2016, indicam um enfraquecimento das trocas comerciais dos países emergentes e em desenvolvimento, as quais registaram uma quebra, particularmente acentuada para o caso das importações. Já relativamente às economias avançadas, assistiu-se a uma ligeira melhoria das importações e uma recuperação das exportações.

Figura 1.3. Exportações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB. * Média de julho e agosto.

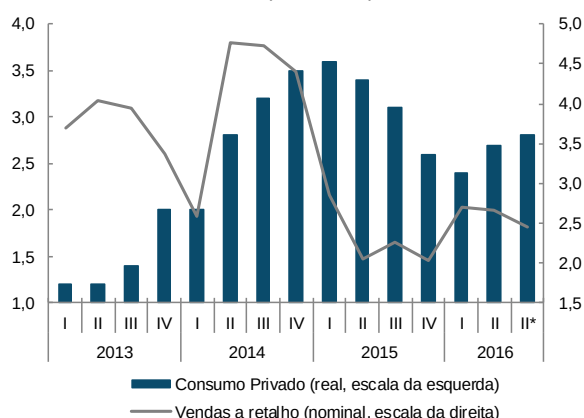
Quadro 1.1. Indicadores de Atividade Económica Mundial

Indicador	Unidade	Fonte	2015	2015			2016		2016			
				2T	3T	4T	1T	2T	mai	jun	jul	ago
Índice de Produção Industrial Mundial	VH	CPB	17	18	19	12	12	15	15	16	11	15
Economias Avançadas	VH	CPB	0,8	0,8	10	0,0	-0,2	0,0	-0,3	-0,2	-0,6	0,3
Economias Emergentes	VH	CPB	2,7	2,7	2,7	2,3	2,5	3,0	3,1	3,4	2,8	2,6
Comércio Mundial de Mercadorias	VH	CPB	18	19	14	0,8	0,0	0,2	0,5	0,2	-11	0,7
Importações Mundiais	VH	CPB	17	17	15	12	0,2	0,2	11	0,3	-14	0,3
Economias Avançadas	VH	CPB	3,6	3,6	3,1	2,9	2,0	17	12	2,6	13	2,4
Economias Emergentes	VH	CPB	-0,9	-0,8	-0,6	-11	-2,3	-2,0	0,9	-3,0	-5,3	-2,6
Exportações Mundiais	VH	CPB	19	2,2	12	0,5	-0,2	0,3	-0,1	0,2	-0,7	12
Economias Avançadas	VH	CPB	2,0	2,9	18	0,6	0,8	-0,1	-0,9	0,1	-0,3	15
Economias Emergentes	VH	CPB	19	13	0,6	0,4	-14	0,9	0,9	0,3	-12	0,8

Atividade Económica Extra-UE

Os indicadores disponíveis para o 3.º trimestre de 2016 indicam a continuação de um crescimento moderado da economia dos EUA; uma recuperação da produção industrial do Japão e, um enfraquecimento do indicador de sentimento económico da União Europeia. A taxa de inflação homóloga para o conjunto dos países da OCDE subiu para 0,9% em agosto de 2016 (0,8% em julho) e, continuou elevada no Brasil e na Rússia.

Figura 1.4. Consumo Privado e Vendas a Retalho dos EUA (VH, em %)

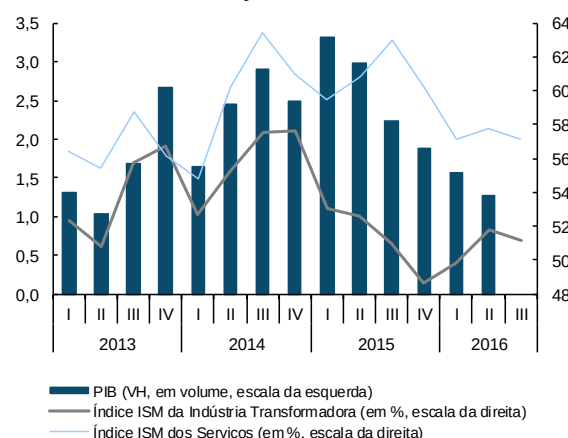


Fontes: Bureau of Economic Analysis; Census Bureau. * P/Consumo Privado, média de julho e agosto.

No 3.º trimestre de 2016, assistiu-se, nos **EUA**, a uma estabilização da atividade económica e do mercado de trabalho. Com efeito, neste período e, em termos homólogos nominais:

- a produção industrial apresentou uma menor deterioração; enquanto os indicadores de confiança dos empresários diminuíram;
- as vendas a retalho abrandaram ligeiramente; embora o consumo privado tenha reforçado o seu crescimento, para 2,8% em termos reais, no conjunto dos meses de julho e agosto (2,7% no 2.º trimestre);
- a taxa de desemprego manteve-se em 4,9% e a taxa de inflação homóloga subiu para 1,1% (1,0% no 2.º trimestre).

Figura 1.5. PIB e Índices de Confiança na Indústria e Serviços dos EUA

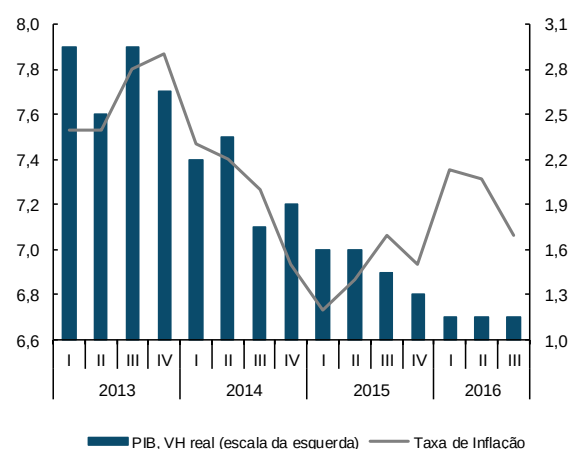


Fontes: Bureau of Economic Analysis; Institute for supply Management.

No 3.º trimestre de 2016, o PIB da **China** aumentou para 6,7% em termos homólogos reais (igual ao 1.º semestre) devido à procura interna.

Porém, as trocas comerciais de bens continuaram a registar uma variação negativa, com destaque para uma deterioração das exportações, as quais diminuíram 6,2% em termos homólogos nominais (-5,0% no 2.º trimestre).

Figura 1.6. PIB e Taxa de Inflação da China



Fonte: Instituto de Estatística da China.

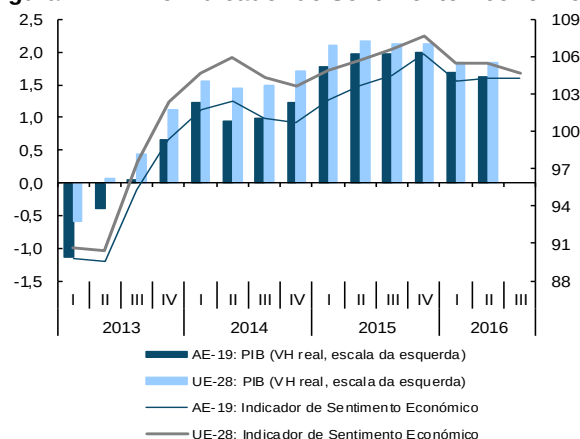
Quadro 1.2. Indicadores de Atividade Económica Extra-UE

Indicador	Unidade	Fonte	2015	2015		2016			2016			
				3T	4T	1T	2T	3T	jun	jul	ago	set
EUA – PIB real	VH	BEA	2,6	2,2	1,9	1,6	1,3	1,0	-	-	-	-
Índice de Produção Industrial	VH	BGFRS	0,3	0,1	-1,6	-1,6	-1,1	-1,0	-0,6	-0,7	-1,3	-1,1
Índice ISM da Indústria Transformadora	%	ISM	51,3	51,0	48,6	49,8	51,8	51,2	53,2	52,6	49,4	51,5
Índice ISM dos Serviços	%	"	60,9	63,0	60,2	57,2	57,8	57,1	59,5	59,3	51,8	60,3
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE	Michigan	92,9	90,7	91,3	91,6	92,4	90,3	93,5	90,0	89,8	91,2
Taxa de Desemprego	%	BLS	5,3	5,2	5,0	4,9	4,9	4,9	4,9	4,9	4,9	5,0
China – PIB real	VH	NBSC	6,9	6,9	6,8	6,7	6,7	6,7	-	-	-	-
Exportações	VH	MC	-2,9	-6,4	-5,3	-10,4	-5,0	-6,2	-5,7	-5,7	-3,0	-10,0
Japão – PIB real	VH	COGJ	0,5	1,8	0,8	0,1	0,8	1,0	-	-	-	-

Atividade Económica da UE

No 3.º trimestre de 2016, o indicador de sentimento económico estabilizou para a área do euro (AE); enquanto diminuiu para a União Europeia (UE), resultando de alguma deterioração da confiança dos consumidores e dos serviços. De acordo com o indicador previsional do Banco de Itália, de setembro de 2016, o PIB trimestral em cadeia da área do euro aumentou, pelo 4.º mês consecutivo (+0,3% no 2.º trimestre), regressando ao valor de março de 2016.

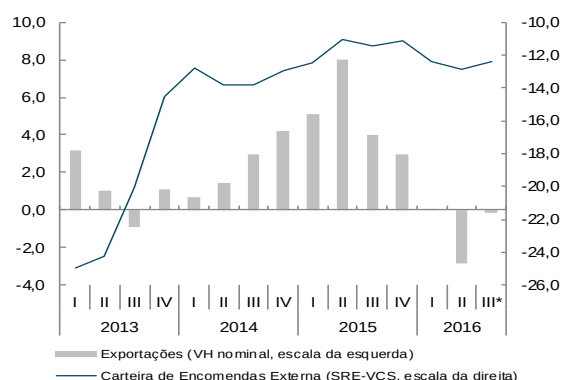
Figura 1.7. PIB e Indicador de Sentimento Económico



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Os indicadores quantitativos para a área do euro, no conjunto dos meses de julho e agosto de 2016, indicam um abrandamento da produção industrial; uma melhoria das exportações de bens em termos nominais e, uma relativa estabilização das vendas a retalho.

Figura 1.8. Exportações e Encomendas externas da Área do Euro

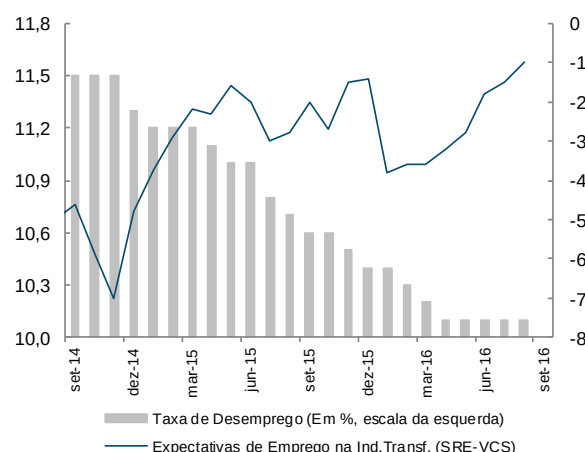


Fontes: Comissão Europeia; Eurostat. * P/Exportações, média de julho e agosto.

Em agosto de 2016, a taxa de desemprego estabilizou tanto para a UE como para a AE, tendo-se mantido em 8,6% e em 10,1%, respetivamente.

Em setembro de 2016, as expectativas dos empresários da área do euro quanto à criação de emprego melhoraram para os setores da indústria transformadora, serviços e comércio a retalho; enquanto pioraram para o ramo da construção.

Figura 1.9. Mercado de Trabalho da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

A taxa de inflação homóloga da área do euro subiu para 0,4% em Setembro de 2016 (0,2% em agosto) e, manteve-se, em 0,1%, em termos de variação dos últimos 12 meses.

A subida da taxa de inflação homóloga em setembro de 2016 deveu-se sobretudo a uma quebra menos acentuada dos preços de energia (de -3,0%, comparada com -5,6% no mês precedente) mais do que compensando o abrandamento dos preços de bens alimentares não transformados.

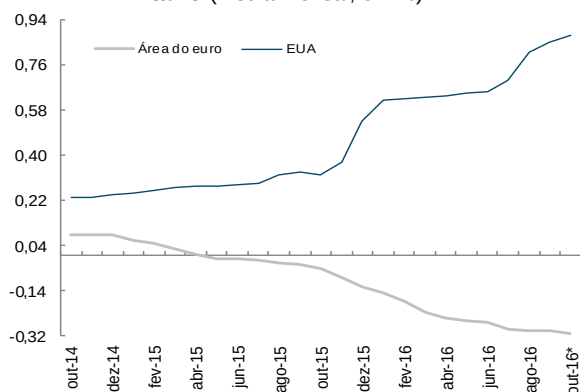
Quadro 1.3. Indicadores de Atividade Económica da UE

Indicador	Unidade	Fonte	2015	2015		2016			2016			
				3T	4T	1T	2T	3T	jun	jul	ago	set
União Europeia (UE-28) – PIB real	VH	Eurostat	2,2	2,1	2,1	19	18	:	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	106,2	106,7	107,7	105,5	105,5	104,7	105,7	104,7	103,8	105,6
Área do Euro (AE-19) – PIB real	VH	Eurostat	2,0	2,0	2,0	1,7	1,6	:	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	104,2	104,5	106,2	104,0	104,3	104,3	104,4	104,5	103,5	104,9
Índice de Produção Industrial	VH	Eurostat	2,0	2,4	2,0	14	11	:	0,8	-0,4	1,9	:
Índice de Vendas a Retalho	VH real	"	2,7	3,3	2,5	2,2	1,8	:	1,8	2,0	1,4	:
Taxa de Desemprego	%	"	10,9	10,7	10,5	10,3	10,1	:	10,1	10,1	10,1	:
IHPC	VH	"	0,0	0,1	0,2	0,0	-0,1	0,3	0,1	0,2	0,2	0,4

Mercados Financeiros e Matérias-Primas

Em outubro de 2016, as taxas de juro de curto prazo continuaram a descer para a área do euro, renovando níveis historicamente baixos, para -0,31%, em média, até ao dia 26, enquanto subiram nos EUA, para 0,88%.

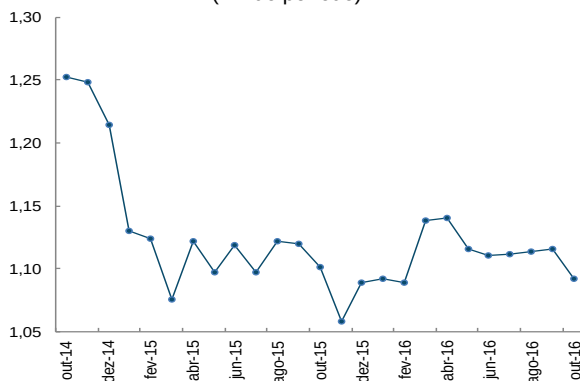
Figura 1.10. Taxa de Juro a 3 meses do Mercado Monetário (Média mensal, em %)



Fonte: BCE; IGCP. * Média até ao dia 26.

Em setembro de 2016, as taxas de juro de longo prazo subiram tanto para os EUA como para a área do euro, invertendo, no último caso, a evolução descendente dos últimos meses. Também, os investidores penalizaram alguns mercados obrigacionistas de países periféricos (Portugal, Itália) resultando no aumento do diferencial face à Alemanha, país onde a taxa se manteve em valores negativos.

Figura 1.11. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar (fim do período)

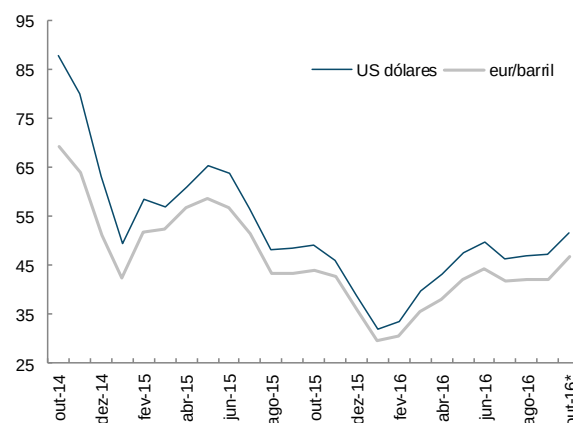


Fonte: Banco de Portugal. Para outubro, o valor é do dia 26.

Em outubro de 2016, o euro tem vindo a depreciar-se face ao dólar, tendo atingido 1,09 no dia 25 (o valor mais baixo desde meados de março deste ano). Esta evolução prende-se, em parte, com a expectativa, de nos próximos meses, o BCE anunciar a alteração das regras de elegibilidade e novos estímulos monetários através da extensão do atual programa de ativos que vai pelo menos, até março de 2017.

Em setembro de 2016, o índice de preços relativo ao preço do petróleo importado subiu para 36,8 (por memória atingiu o valor 100 durante a crise petrolífera de 1979). Em outubro de 2016, o preço do petróleo *Brent* aumentou para se situar, em média, até ao dia 26, em 52 USD/bbl (47€/bbl). Esta tendência ascendente resulta da possível concretização da descida de produção por parte da OPEP, decidida na reunião informal no final de setembro.

Figura 1.12. Preço médio Spot do Petróleo Brent (Em USD e euros)



Fontes: DGEG, IGCP e BP. * Média dos dias 1 a 26.

No 3.º trimestre de 2016, o preço das matérias-primas não energéticas acelerou, tendo aumentado 1,3% em termos homólogos (-4,6% no 2.º trimestre) devido sobretudo à quebra menos acentuada dos preços dos metais e dos *inputs* industriais.

Quadro 1.4. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais

Indicador	Unidade	Fonte	2015	2015		2016			2016			
				3T	4T	1T	2T	3T	jun	jul	ago	set
Taxa Euribor a 3 meses*	%	BP	-0,13	-0,04	-0,13	-0,24	-0,28	-0,30	-0,28	-0,30	-0,30	-0,30
Yield OT 10 anos – EUA**	%	Eurostat	2,13	2,21	2,18	1,91	1,75	1,56	1,64	1,50	1,56	1,63
Yield OT 10 anos – Área do euro**	%	"	1,27	1,47	1,18	1,03	0,94	0,66	0,88	0,62	0,61	0,74
Taxa de Câmbio*	Eur/USD	BP	1089	1,20	1089	1,139	1,110	1,116	1,110	1,111	1,113	1,116
Dow Jones*	VC	Yahoo	-2,2	-7,6	7,0	15	14	2,1	0,8	2,8	-0,2	-0,5
DJ Euro Stoxx50*	VC	"	3,8	-9,5	5,4	-8,0	-4,7	4,8	-6,5	4,4	1,1	-0,7
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	USD/bbl	DGEG	53,63	51,22	44,78	35,14	46,96	46,97	49,92	46,47	47,13	51,70
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	VH	"	-46,1	-50,5	-41,9	-36,2	-26,0	-8,3	-21,7	-18,2	-2,3	-2,7
Spot do Petróleo Brent em euros/bbl**	VH	DGEG e BP	-35,5	-41,0	-33,7	-34,8	-27,6	-8,7	-21,8	-18,7	-3,0	-2,6
Preço Relativo do Petróleo em euros***	1979=100	GEE	43,4	41,8	36,8	25,3	35,4	36,4	38,0	36,2	36,2	36,8

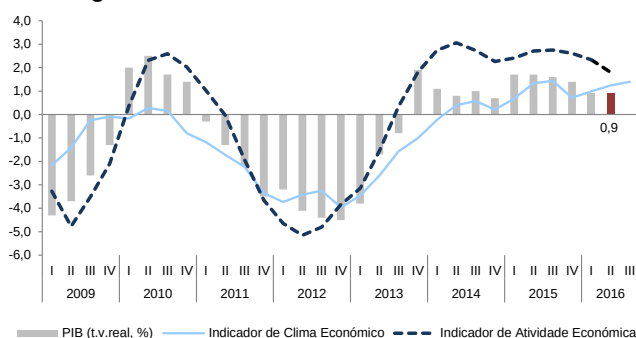
* Fim de período; ** Valores médios; *** Preço Relativo do Petróleo é o rácio entre o preço de importação de ramas de petróleo bruto em euros e o deflador do PIB em Portugal.

2. Conjuntura Nacional

Atividade Económica e Oferta

De acordo com os dados publicados pelo INE para o 3.º trimestre de 2016, o indicador de clima económico registou uma melhoria quando comparado com o trimestre precedente (1,4 que compara com 1,2).

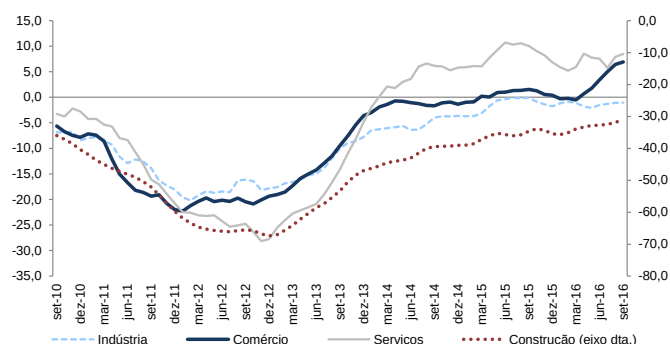
Figura 2.1. Indicador de Clima Económico



Fonte: INE.

No 3.º trimestre do ano, registou-se uma melhoria generalizada nos indicadores de confiança, em particular no indicador de confiança relativo ao sector do comércio a retalho que registou uma melhoria mais acentuada.

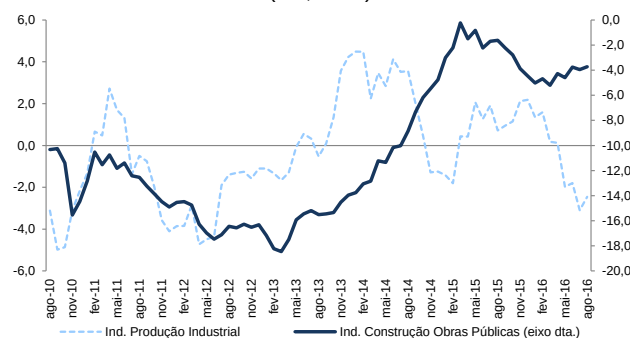
Figura 2.2. Indicadores de Confiança (SRE, MM3)



Fonte: INE.

No trimestre terminado em agosto de 2016, o indicador de atividade económica do INE manteve o ritmo de crescimento registado no trimestre precedente (taxa de crescimento homólogo de 1,5%).

Figura 2.3. Índices de Produção (VH, MM3)



Fonte: INE

Os dados quantitativos disponíveis relativos ao trimestre terminado em agosto, mostram que, em termos médios homólogos:

- na indústria transformadora, o Índice de Produção registou uma variação de -2,5% e o Índice de Volume de Negócios apresentou uma variação de -2,1% (-1,8% e -3,0% no 2.º trimestre de 2016, respetivamente);
- o Índice de Produção na Construção e Obras Públicas apresentou uma quebra de 3,7% em linha com o registado no 2.º trimestre de 2016;
- o Índice de Volume de Negócios nos Serviços apresentou um aumento quando comparado com o período homólogo em 0,3% (+1,4 p.p. face ao 2.º trimestre de 2016);
- o Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho registou um crescimento de 3,7%, valor superior em 0,8 p.p. quando comparado com o trimestre terminado em julho.

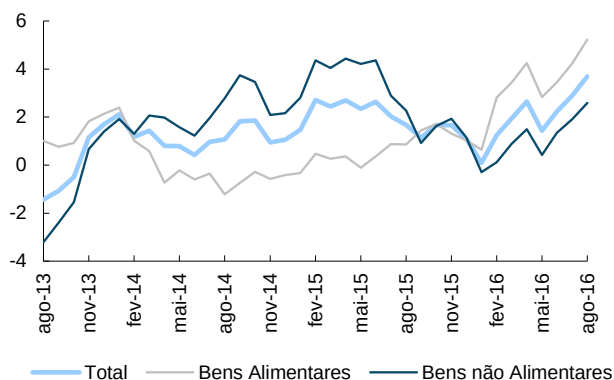
Quadro 2.1. Indicadores de Atividade Económica e Oferta

Indicador	Unidade	Fonte	2015	2015		2016			2016				
				3T	4T	1T	2T	3T	mai	jun	jul	ag	set
PIB – CN Trimestrais	VH Real	INE	16	16	14	0,9	0,9	:	:	:	:	:	:
Indicador de Clima Económico	SRE-VE	"	10	14	0,7	10	12	14	12	12	13	14	14
Indicador de Confiança da Indústria Transf.	SRE-VCS	"	-14	-0,1	-18	-11	-15	-11	-17	-10	-11	-13	-0,8
Indicador de Confiança do Comércio	"	"	0,8	15	0,4	-0,5	3,4	6,9	3,3	4,9	6,9	7,5	6,4
Indicador de Confiança dos Serviços	"	"	8,4	10,0	6,8	5,9	7,6	8,5	3,2	6,4	7,6	9,7	8,1
Indicador de Confiança da Construção	"	"	-35,8	-34,6	-35,4	-33,9	-32,8	-30,9	-32,6	-32,7	-32,1	-31,0	-29,6
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	"	12	0,9	2,2	0,2	-1,8	:	-4,4	-0,9	-3,9	-2,5	:
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	"	0,1	0,1	-1,5	-3,1	-3,0	:	-0,1	-3,2	-5,4	4,1	:
Índice de Volume de Negócios - Serviços	"	"	-2,6	-1,7	-4,5	-1,3	-1,1	:	-2,1	-0,5	-0,4	1,8	:

Consumo Privado

Em julho e agosto de 2016, o Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho cresceu, em média, 3,6%, 1,4 p.p. acima do registado segundo trimestre. Tanto a componente alimentar como a não alimentar aceleraram face ao segundo trimestre. A componente alimentar cresceu 5,2% (3,5% no segundo trimestre), enquanto a componente não alimentar cresceu 2,5% (mais 1,1 p.p.).

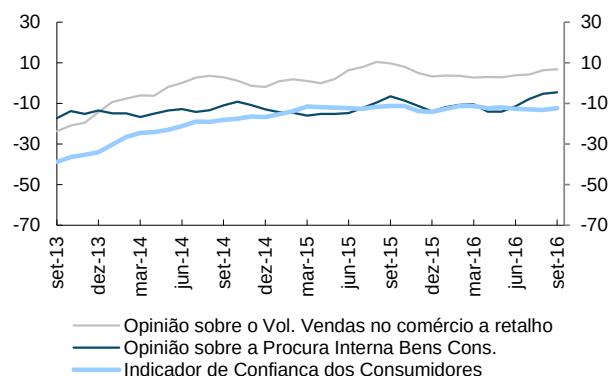
Figura 2.4. Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho (MM3, VH)



Fonte: INE.

No terceiro trimestre de 2016, e quando comparado com o segundo trimestre, o índice de confiança dos consumidores registou uma melhoria ligeira, enquanto o indicador qualitativo dos consumidores relativo à aquisição de bens duradouros deteriorou-se. Já no caso dos indicadores qualitativos de opinião dos empresários, a evolução foi positiva, com o indicador de opinião dos empresários relativo ao volume de vendas no comércio a retalho e o indicador de opinião relativo à procura interna de bens de consumo a apresentarem melhorias.

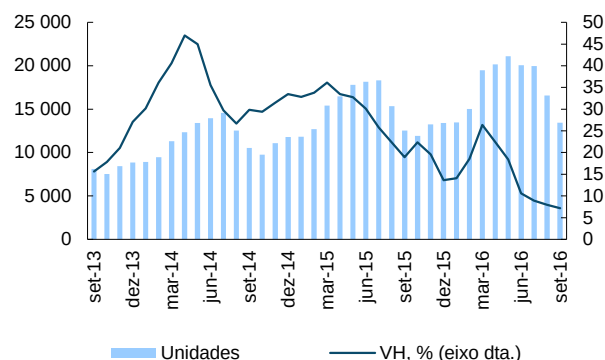
Figura 2.5. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores (SRE-VE, MM3)



Fonte: INE.

No terceiro trimestre de 2016 foram vendidos 40 305 veículos automóveis ligeiros de passageiros. Este valor representa uma diminuição de 19 893 unidades face ao trimestre precedente, mas um crescimento de 7,2%, em termos homólogos.

Figura 2.6. Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros (MM3)



Fonte: ACAP.

Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado

Indicador	Unidade	Fonte	2015	2015		2016			2016				
				3T	4T	1T	2T	3T	mai	jun	jul	ago	set
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	INE	2,6	2,1	1,9	2,5	1,6	:	-	-	-	-	-
Indicador de Confiança dos Consumidores	SER-VE	"	-12,3	-11,2	-14,1	-11,3	-12,6	-12,4	-11,9	-13,9	-13,1	-12,7	-11,3
Confiança Comércio Retalho: Vendas últimos 3 meses	SER-VE	"	5,1	9,7	3,3	2,7	3,9	6,8	3,6	3,0	6,3	9,7	4,4
Índice de Vol. De Negócios no Comércio a Retalho*	VH	"	1,8	1,1	1,1	1,9	2,2	:	0,5	3,9	4,2	2,9	:
Bens Alimentares	VH	"	0,8	1,4	1,0	3,4	3,5	:	0,5	5,4	6,8	3,5	:
Bens não alimentares	VH	"	2,6	0,9	1,1	0,9	1,4	:	0,5	2,8	2,3	2,6	:
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	ACAP	25,0	18,9	13,6	26,4	10,6	7,2	13,7	10,9	0,6	13,5	10,6
Importação de Bens de Consumo***	VH	INE	7,4	7,4	4,5	4,6	5,4	:	8,9	3,7	0,0	12,8	:

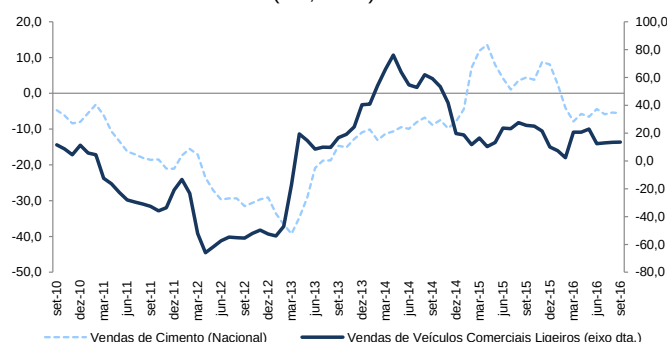
* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; ** Inclui veículos Todo-o-Terreno e Monovolumes com mais de 2300 Kg; *** Exclui material de transporte.

Investimento

Os dados disponíveis para o investimento no 3.º trimestre de 2016, mostram que, em termos médios homólogos:

- as vendas de veículos comerciais ligeiros aumentaram 13,5% (+1,1 p.p. face ao 2.º trimestre de 2016), enquanto as vendas de veículos comerciais pesados registaram um aumento de 5,0%, valor inferior em 18,4 p.p. ao apresentado no 2.º trimestre de 2016;
- as opiniões dos empresários sobre o volume de vendas de bens de investimento no comércio por grosso registaram uma melhoria;
- as vendas de cimento registaram uma variação de -5,6% (-4,4% no 2.º trimestre de 2016).

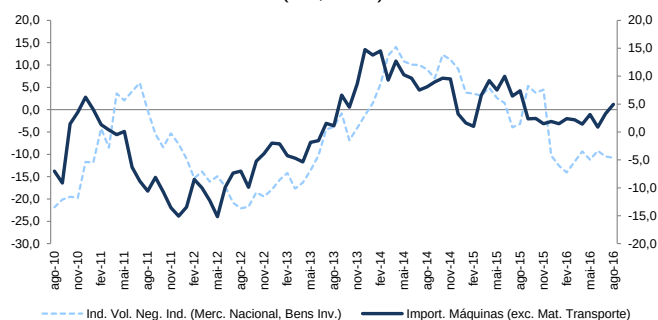
Figura 2.7. Vendas de Cimento e de Veículos Comerciais Ligeiros
(VH, MM3)



Fonte: ACAP, Secil, Cimpor.

O Indicador de Máquinas e Equipamentos do INE registou um crescimento homólogo de 1,6%, o que representa um aumento de 0,8 p.p. face ao registado no 2.º trimestre de 2016.

Figura 2.8. Bens de Equipamento
(VH, MM3)

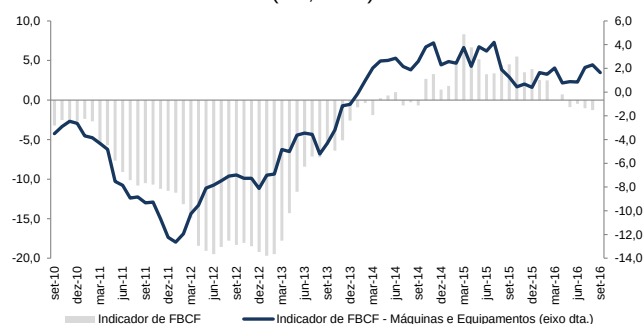


Fonte: INE.

Outros dados quantitativos disponíveis relativos ao trimestre terminado em agosto, mostram que, em termos médios homólogos:

- o Índice de Volume de Negócios da Indústria de Bens de Investimento para o mercado nacional registou uma variação de -10,8% (-9,2% no 2.º trimestre de 2016);
- as importações de máquinas e outros de bens de capital exceto material de transporte, em termos nominais, cresceram 5,0% (0,9% no 2.º trimestre de 2016).

Figura 2.9. Indicador de FBCF e Componentes
(VH, MM3)



Fonte: INE.

Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

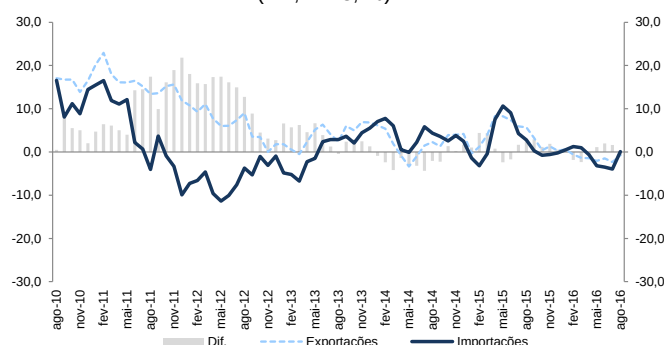
Indicador	Unidade	Fonte	2015	2015		2016			2016				
				3T	4T	1T	2T	3T	mai	jun	jul	ag	set
FBC – CN Trimestrais	VH Real	INE	4,6	3,0	5,9	-2,0	-2,7	:	:	:	:	:	:
da qual, FBCF	VH Real	INE	4,5	2,1	15	-2,5	-2,9	:	:	:	:	:	:
Indicador de FBCF	VH/mm3	"	5,0	4,5	3,9	0,0	-0,5	:	-0,9	-0,5	-1,0	-1,3	:
Vendas de Cimento	VH	SECIL e CIMPOR	6,9	4,4	8,0	-7,8	-4,4	-5,6	-2,0	-2,4	-12,6	0,0	-3,0
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	ACAP	17,9	25,5	10,0	20,6	12,4	13,5	12,1	16,1	10,4	13,5	16,7
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	"	27,6	35,6	9,8	36,9	23,3	5,0	25,3	21,5	-3,0	-10,5	21,2
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	INE	-19	-7,2	-6,4	-10,3	-10,0	-15	-6,9	-2,9	0,8	2,4	-7,8
Licenças de Construção de fogos	VH	"	211	17,2	24,9	218	59,2	:	107,4	38,9	11,5	35,8	:
Importações de Bens de Capital**	VH	"	5,0	2,4	19	2,2	0,9	:	9,2	-2,6	4,0	16,5	:
Índice Vol. Negócios da IT de Bens de Inv.***	VH	"	-0,5	5,3	-10,3	-11,7	-9,2	:	-8,6	-7,9	-14,6	-8,8	:

* no Comércio por Grosso; ** excepto Material de Transporte; *** para o Mercado nacional

Contas Externas

Em termos médios homólogos nominais, os dados relativos ao comércio internacional de bens, divulgados pelo INE, tendo em conta o trimestre terminado em agosto, apontam para uma diminuição das exportações de 0,8% e um aumento das importações em 0,1% (-1,5% e -3,5% no 2.º trimestre de 2016).

Figura 2.10. Fluxos do Comércio Internacional
(VH, MM3, %)



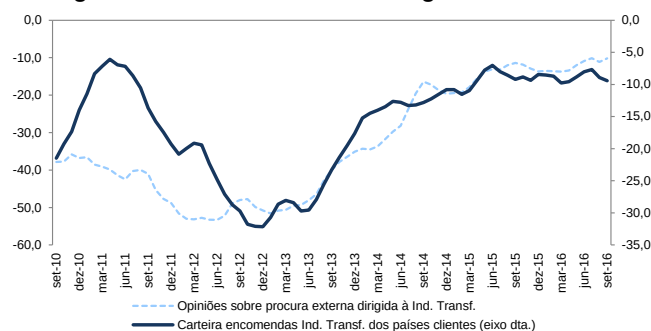
Fonte: INE.

Também para o trimestre terminado em agosto, e em termos médios homólogos nominais:

- a componente extracomunitária das exportações diminuiu 14,0%, face a uma redução de 15,2% no trimestre terminado em junho de 2016. Já as exportações para o mercado intracomunitário aumentaram 4,6% (3,7% no 2.º trimestre de 2016);
- nas importações de bens, o mercado intracomunitário aumentou 1,1%, enquanto o mercado extracomunitário registou um decréscimo de 3,2% em termos homólogos (0,5% e -15,5% no 2.º trimestre de 2016, respetivamente). Em termos acumulados, a taxa de cobertura do comércio internacional de bens situa-se atualmente em 83,0% (em linha com o verificado no período homólogo).

No 3.º trimestre de 2016, as opiniões sobre a procura externa na indústria foram menos negativas que no trimestre anterior. No entanto, a evolução da carteira de encomendas da indústria transformadora dos países clientes apresentou uma evolução negativa.

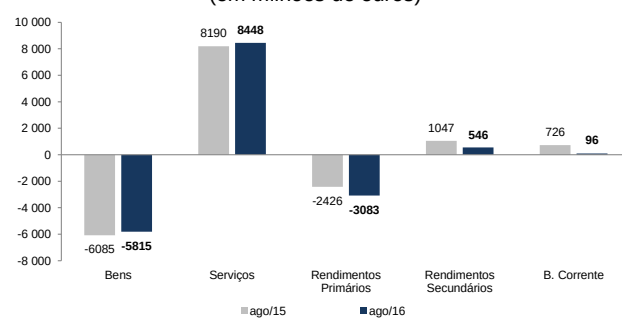
Figura 2.11. Procura Externa dirigida à Indústria



Fonte: INE.

Até agosto de 2016, o excedente acumulado da balança corrente foi de 96 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 630 milhões de euros em termos homólogos. Este resultado traduz o decréscimo do saldo da balança de rendimentos secundários e do saldo da balança de rendimentos primários, embora perante uma evolução positiva do saldo da balança de bens e serviços.

Figura 2.12. Balança Corrente: composição do saldo
(em milhões de euros)



Fonte: BdP. Séries ajustadas de sazonalidade.

No mesmo período, a balança corrente e de capital apresentou uma capacidade de financiamento de 1026 milhões de euros (uma diminuição de 1197 milhões de euros face ao mesmo período de 2015).

Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

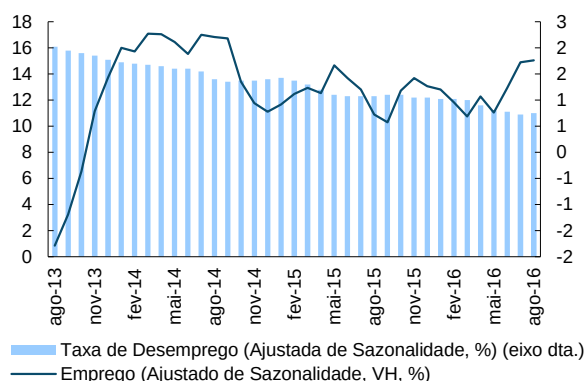
Indicador	Unidade	Fonte	2015	2015			2016		2016				
				2T	3T	4T	1T	2T	mai	jun	jul	ag	set
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	INE	6,1	7,6	5,6	3,7	3,3	17	:	:	:	:	:
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	"	8,2	13,0	6,4	6,0	4,7	12	:	:	:	:	:
Saldo de Bens e Serviços	% PIB	"	-12	0,3	3,4	-0,5	-0,3	17	:	:	:	:	:
Capacidade de financiamento da economia	% PIB	"	0,9	-16	4,1	12	-0,5	-13	:	:	:	:	:
Saídas de Bens	VH nom	"	3,7	7,4	3,2	0,3	-14	-15	-2,3	-0,4	-1,8	-4,6	6,1
Entradas de Bens	VH nom	"	2,2	9,1	0,3	-0,2	10	-3,5	-6,1	-3,8	-0,7	-7,3	10,6

Indicador	Unidade	Fonte	2015	2015			2016		2015	2016	Dif.
				2T	3T	4T	1T	2T	jan-ago	jan-ago	
Saldo Balança Corrente e de Capital	10 ⁶ euros	BdP	3 341	379	878	1046	476	137	2224	1026	-1197
Saldo Balança de Bens	"	"	-8 981	-2624	-2161	-2182	-2196	-2180	-6085	-5815	270
Saldo Balança de Serviços	"	"	12 387	3066	3103	3121	3090	3100	8190	8448	259
Saldo Balança de Rendimentos Primários	"	"	-3 884	-918	-872	-1037	-927	-1425	-2426	-3083	-657
Saldo Balança de Rendimentos Secundários	"	"	1582	252	390	391	230	314	1047	546	-501

Mercado de Trabalho

As estimativas do Instituto Nacional de Estatística apontam para que a taxa de desemprego, no trimestre centrado em agosto, se situasse nos 11%, 0,1 p.p. acima do registado em julho, mas uma redução de 1,3 p.p. face ao mês homólogo. Para esta evolução concorreu tanto uma redução da população desempregada em 10,8%, como um aumento de 1,8% no emprego (-11% e 1,7%, respetivamente, na estimativa para julho).

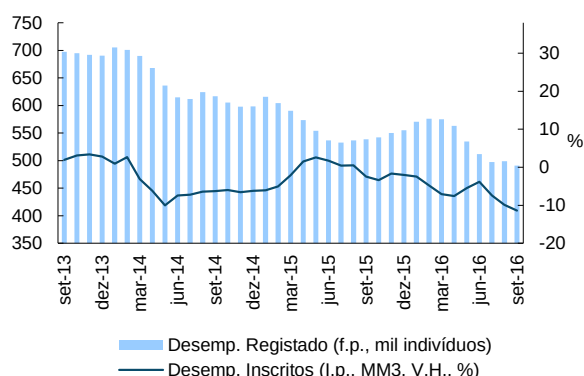
Figura 2.13. Taxa de desemprego e Emprego



Fonte: INE.

No final do terceiro trimestre de 2016, encontravam-se registados, nos centros de emprego, cerca de 491 mil desempregados, uma redução de 8,8% face ao valor registado no período homólogo. Já o desemprego inscrito ao longo do trimestre ascendeu aos cerca de 163 mil pedidos, traduzindo uma descida de 11,4% quando comparado com igual período de 2015.

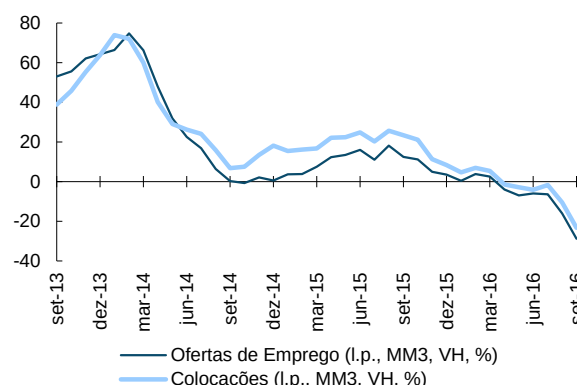
Figura 2.14. Desemprego



Fonte: IEFP.

Ainda assim, no terceiro trimestre, o número de colocações caiu 23,3%, para as 24,1 mil, enquanto as ofertas caíram 28,7% para as 32,7 mil. Assim, o rácio entre ofertas e colocações foi, no terceiro trimestre, de 73,6%, mais 3,3 p.p. do que no trimestre precedente.

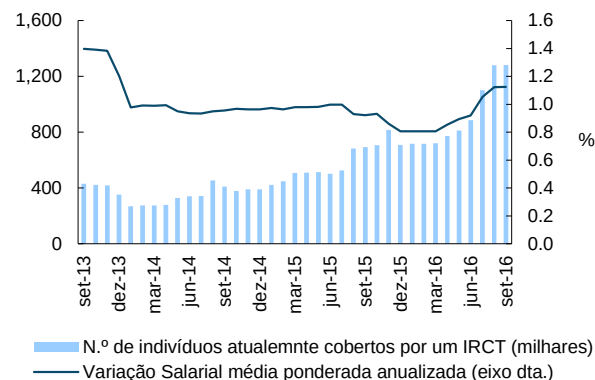
Figura 2.15. Ofertas de Emprego e Colocações
(MM3, VH)



Fonte: IEFP.

No final de setembro de 2016, estima-se que cerca de 1,282 milhões de trabalhadores se encontrassem abrangidos por Instrumentos de Regulação Coletiva de Trabalho, um aumento de 85% face a igual período de 2015. Já o aumento das remunerações médias implícitas fixou-se nos 1,1%, valor idêntico ao registado em agosto.

Figura 2.16. Contratação Coletiva



Fonte: MESS, estimativas GPEARI.

Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho

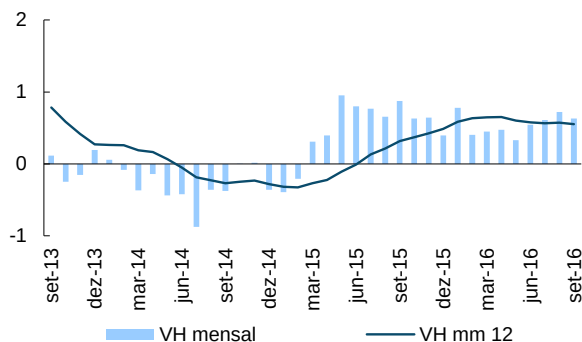
Indicador	Unidade	Fonte	2015	2015		2016			2016				
				3T	4T	1T	2T	3T	mai	jun	jul	ago	set
Taxa de Desemprego*	%	INE	12,4	11,9	12,2	12,4	10,8	:	11,2	11,1	10,9	11	:
Emprego Total*	VH	"	1,1	0,2	1,6	0,8	0,5	:	0,8	1,2	1,7	1,8	:
Desemprego Registado (f.p.)	VH	IEFP	-7,3	-12,6	-7,3	-2,6	-4,7	-8,8	-3,4	-4,7	-6,6	-7,0	-8,8
Desempregados Inscritos (l.p.)	VH	"	-1,3	-2,4	-2,0	-7,1	-3,8	-11,4	3,9	-7,7	-16,6	-4,9	-12,0
Ofertas de Emprego (l.p.)	VH	"	10,1	12,6	3,6	2,6	-6,0	-28,7	1,7	0,7	-22,2	-29,0	-34,4
Contratação Coletiva	VH	MSESS	0,8	0,9	0,8	0,8	0,9	1,1	0,9	0,9	1,1	1,1	1,1
Índice do Custo do Trabalho** - Portugal	VH	INE	1,8	-1,0	2,2	0,7	2,5	:	-	-	-	-	-
Índice do Custo do Trabalho** - AE	VH	Eurostat	1,6	1,3	1,5	1,6	0,9	:	-	-	-	-	-

*Valores Trimestrais do Inquérito Trimestral ao Trabalho. Valores mensais das Estimativas Mensais (ajustadas de sazonalidade). **Total, excluindo Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Atividades; f.p. - no fim do período; l.p. ao longo do período.

Preços

Em setembro de 2016, o índice de Preços no Consumidor (IPC) registou uma variação homóloga de 0,6%, 0,1 p.p. abaixo do registado em agosto. Em termos de médias móveis de 12 meses, a variação foi de 0,6%, valor idêntico ao do mês precedente.

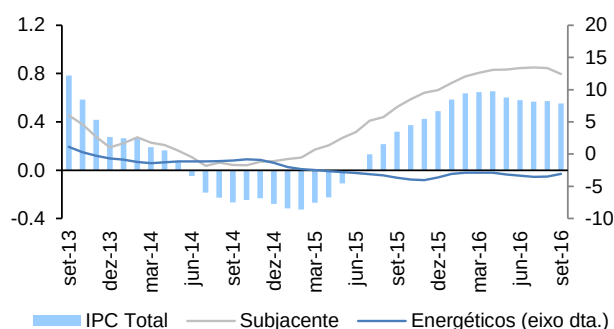
Figura 2.17. Taxa de Variação do IPC
(VH, %)



Fonte: INE.

O IPC subjacente, isto é, o IPC excluindo produtos energéticos e alimentares não processados, cresceu 0,5%, desacelerando 0,1 p.p. face a agosto e situando-se 0,1 p.p. abaixo do registado para o IPC global. A dinâmica do diferencial entre o IPC global e o IPC subjacente reflete uma quebra menos acentuada do preço dos bens energéticos, assim como uma forte desaceleração do preço dos bens alimentares não processados.

Figura 2.18. Taxa de Variação do IPC (Subjacente e Energéticos)
(MM12, VH, %)



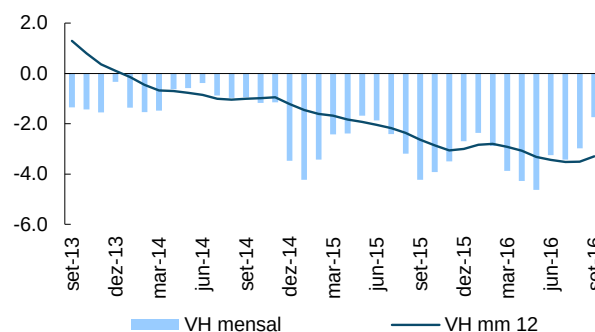
Fonte: INE.

Ao nível das classes do IPC, as que registaram a maior quebra foram o Vestuário e a Saúde (-0,8% e -0,6%, respetivamente). Em sentido contrário, os Restaurantes e Hotelaria e a Comunicação foram as que mais aumentaram (3,4% e 2,5%, respetivamente), sendo que esta última apresentou uma aceleração de 0,9 p.p. face ao mês precedente.

A variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) nacional, em setembro, foi de 0,7%, 0,1 p.p. acima do IPC nacional e 0,1 p.p. abaixo do valor de agosto. Por seu turno, a variação homóloga do IHPC na área do euro foi de 0,4% (0,2% em agosto), levando a que o diferencial do IHPC de Portugal e do IHPC médio da área do euro diminuísse 0,3 p.p., fixando-se agora nos 0,3 p.p..

Já o Índice de preços na Produção Industrial foi marcado por uma aceleração, tendo contraído 1,7%, em setembro, o que compara com uma quebra de 3% em agosto.

Figura 2.19. Taxa de Variação do IPPI
(VH, %)



Fonte: INE.

Esta evolução foi fortemente influenciada pela componente energética, que caiu 4%, tendo sido o agrupamento industrial com a maior quebra (-7,8% em agosto). Com efeito, excluindo o agrupamento da Energia, o IPPI diminuiu 1%. Já ao nível das secções, apenas as indústrias de captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição registaram uma variação positiva do IPPI (1,9%), enquanto as indústrias de eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio registaram as maiores quebras (-3,9%).

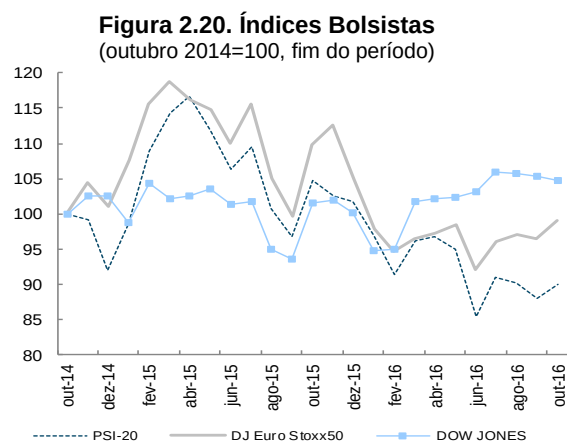
Quadro 2.6. Indicadores de Preços

Indicador	Unidade	Fonte	2015	2016								
				jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set
Índice de Preços no Consumidor	VC	INE	:	-1,0	-0,4	1,9	0,4	0,3	0,1	-0,7	-0,2	0,7
Índice de Preços no Consumidor	VH	INE	0,5	0,8	0,4	0,4	0,5	0,3	0,5	0,6	0,7	0,6
Índice de Preços no Consumidor	VM12	"	:	0,6	0,6	0,6	0,7	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6
IPC - Bens	VH	"	-0,1	0,2	-0,5	-0,4	-0,2	-0,6	-0,1	0,1	0,3	0,1
IPC - Serviços	"	"	1,3	1,5	1,6	1,7	1,5	1,8	1,5	1,3	1,3	1,4
IPC Subjacente*	"	"	0,7	1,0	0,9	1,0	0,8	0,8	0,7	0,8	0,6	0,5
Índice de Preços na Produção industrial	VH	"	-3,0	-2,4	-2,9	-3,9	-4,3	-4,6	-3,2	-3,4	-3,0	-1,7
IHPC	"	"	0,5	0,7	0,2	0,5	0,5	0,4	0,7	0,7	0,8	0,7
Diferencial IHPC PT vs. AE	p.p.	Eurostat	0,5	0,4	0,3	0,5	0,8	0,5	0,6	0,6	0,6	0,3

* IPC subjacente exclui os bens alimentares não transformados e energéticos.

Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

No início do 4.º trimestre de 2016, os índices bolsistas internacionais apresentam-se globalmente menos favoráveis devido à influência de alguns fatores de risco que implicam o aumento da incerteza quanto às suas consequências (caso das eleições presidenciais nos EUA). Assim, a 26 de outubro de 2016 e, face ao final do mês de Setembro, o índice *Dow Jones* continuou a diminuir; enquanto o *Euro Stoxx50* recuperou, tendo aumentado 2,6%.

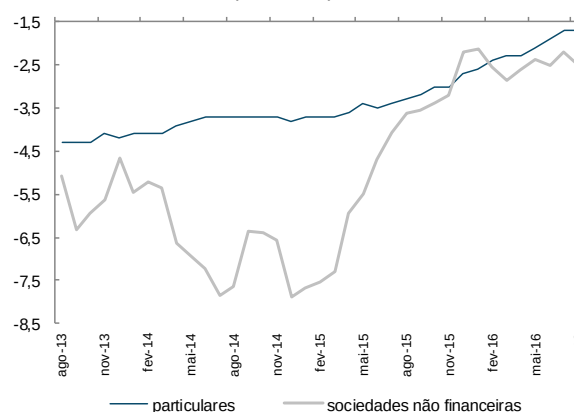


Fontes: CMVM; Finance Yahoo. Para outubro, o valor é do dia 26.

À semelhança dos índices bolsistas da área do euro, o índice PSI-20 também recuperou em finais de outubro de 2016, tendo, no dia 26, aumentado 2,3% face ao final do mês de setembro.

Em agosto de 2016, a variação anual dos empréstimos ao setor privado não financeiro foi de -2,0% em termos anuais (-1,9% no mês anterior). Este agravamento deveu-se a alguma deterioração do crédito atribuído às empresas não financeiras que evoluiu para -2,5%, comparado com -2,2% em julho.

Figura 2.21. Empréstimos ao Setor Privado
(va, em %)

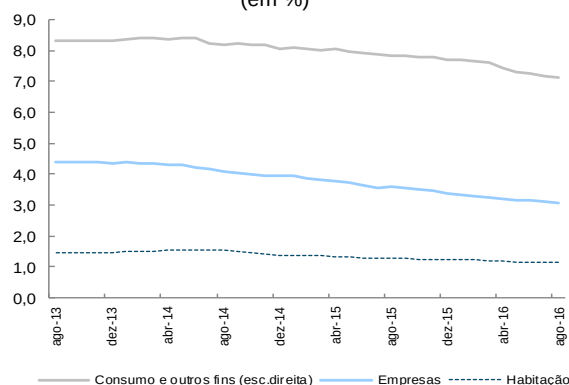


Fonte: Banco de Portugal.

Quanto ao crédito destinado aos particulares, este estabilizou, tendo mantido uma variação anual de -1,7% em agosto de 2016. De entre os diferentes segmentos, registou-se uma estabilidade no crédito à habitação em torno de -3,0%; um aumento ligeiramente menos forte do crédito ao consumo e, uma diminuição mais acentuada para outros fins.

Em agosto de 2016, as taxas de juro das operações do crédito diminuíram mais acentuadamente para as empresas do que para os particulares. No entanto, continuou a registar-se um recuo mais acentuado para os empréstimos ao consumo e outros fins, cuja taxa diminuiu para 7,1% maio de 2016 (-57 p.b. face a dezembro de 2015).

Figura 2.22. Taxas de Juro de Empréstimos
(em %)



Fonte: Banco de Portugal.

Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

Indicador	Unidade	Fonte	2015	2016								
				jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set
Yield OT 10 anos PT*	%	IGCP	2,5	2,9	3,0	2,9	3,1	3,1	3,1	2,9	3,0	3,3
Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha*	p.b.	"	186	254	287	277	288	289	319	304	302	344
PSI20*	VC	CMVM	10,7	-4,7	-5,9	5,3	0,6	-1,9	-10,2	6,6	-0,8	-2,4
Empréstimos a particulares: - para habitação	va**	BP	-3,3	-3,2	-3,1	-3,1	-3,0	-3,0	-3,0	-3,0	-3,0	:
- para consumo	va**	"	2,8	3,1	4,5	5,0	5,0	6,3	8,0	10,1	9,8	:
Empréstimos a empresas	va**	"	-2,2	-2,1	-2,5	-2,9	-2,6	-2,4	-2,5	-2,2	-2,5	:
Taxa de Juro de empréstimos p/ habitação*	%	"	125	124	122	120	118	116	115	114	113	:
Taxa de Juro de empréstimos p/ empresas*	%	"	3,37	3,35	3,29	3,24	3,20	3,16	3,14	3,10	3,06	:

* Fim de período; ** Variação anual. Nota: As taxas de variação anual são calculadas com base na relação entre saldos de empréstimos bancários em fim de mês, ajustados de operações de titularização, e transações mensais, as quais são calculadas a partir de saldos corrigidos de reclassificações, de abatimentos ao activo e de reavaliações cambiais e de preço.

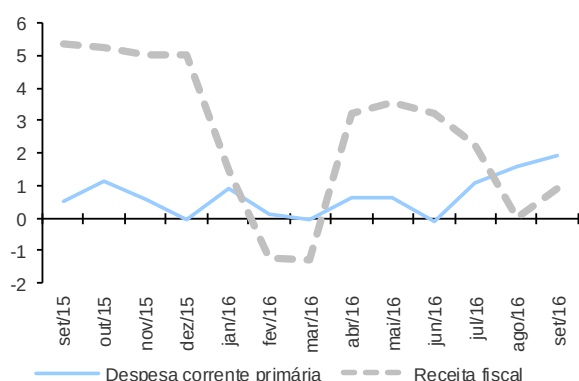
Finanças Públicas

No final do mês de setembro, a execução orçamental das Administrações Públicas registou um saldo global negativo de 2.924 milhões de euros, correspondente a uma melhoria de 292 milhões de euros relativamente ao mês homólogo de 2015. No mesmo período, o saldo primário foi de 3.058 milhões de euros, representando uma melhoria de 657 milhões de euros. Para este resultado global o subsetor da Administração Central contribuiu com um saldo global negativo de 4.795 milhões de euros que foi parcialmente compensado com os saldos positivos dos subsectores da Segurança Social (1.153 milhões de euros), da Administração Regional (24 milhões de euros) e da Administração Local (694 milhões de euros). A receita efetiva do conjunto das AP apresentou um crescimento de 2,6%, superior ao aumento de 1,9% registado na despesa efetiva.

Estado

Em setembro, o subsetor do Estado registou um saldo negativo de 4.967 milhões de euros e um saldo primário positivo de 508 milhões de euros. Esta execução representa uma melhoria de 1.023 milhões de euros e de 1.280 milhões de euros, respetivamente, relativamente ao mês anterior, embora corresponda a uma degradação no que diz respeito aos valores homólogos (menos 730 milhões de euros e menos 336 milhões de euros, respetivamente).

Figura 2.23. Execução Orçamental do Estado
(VHA, em %)

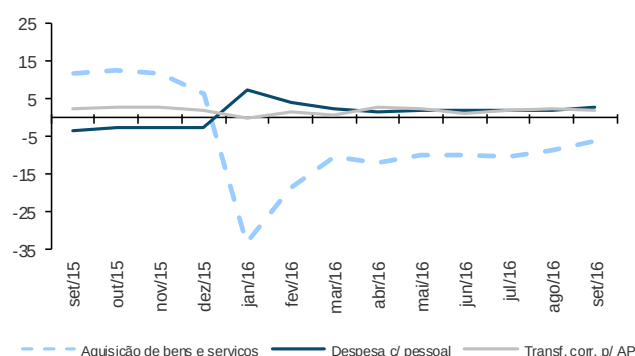


Fonte: DGO.

Para este resultado concorreu o aumento da despesa efetiva de 2,5%, ligeiramente atenuado pelo crescimento de 0,6% da receita efetiva. Os graus de execução da receita efetiva e da despesa efetiva mantiveram-se 3 pontos percentuais (p.p.) e 1,6 p.p., respetivamente, abaixo da execução registada no período homólogo.

Para a evolução da receita efetiva contribuiu a redução de 6,1% registada na cobrança dos impostos diretos, compensada com um aumento de 6,9% da receita proveniente dos impostos indiretos. No lado da despesa efetiva destaca-se, como vem sendo habitual, o aumento da despesa com Juros e Outros Encargos (7,8%) e as Despesas com o Pessoal (2,7%). No mesmo período, as despesas com Aquisição de Bens e Serviços registaram uma redução de 6,1% em relação ao respetivo mês homólogo.

Figura 2.24. Despesa do Estado – principais componentes
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Quadro 2.8. Execução Orçamental do Estado

	2015	2016	2015	2016	2016			
	jan a set		jan a set		jun	jul	ago	set
	10^6 euros		grau de execução (%)		VHA (%)			
Receita Efetiva	32.131	32.311	74,4	71,4	2,9	2,4	-0,1	0,6
Receita corrente	32.038	32.222	74,8	71,5	2,9	2,3	-0,2	0,6
Impostos diretos	13.426	12.608	73,8	70,4	-3,8	-5,3	-9,1	-6,1
Impostos indiretos	15.611	16.692	74,9	72,4	8,7	8,4	7,4	6,9
Despesa Efetiva	36.368	37.278	73,9	72,3	0,9	1,9	2,2	2,5
Despesa corrente	35.438	36.408	74,2	73,2	1,1	2,2	2,5	2,7
Despesa com pessoal	6.929	7.116	81,4	78,2	2,0	2,1	2,0	2,7
Aquisição bens e serviços	1.052	988	64,5	57,3	-10,0	-10,3	-8,6	-6,1
Subsídios	78	64	51,0	46,6	-35,5	-16,9	-13,5	-17,8
Juros	5.081	5.475	68,1	72,5	6,8	8,5	7,4	7,8
Transferências corr. p/ AP	20.252	20.680	76,7	75,5	1,1	2,1	2,5	2,1
Saldo Global	-4.237	-4.967	-	-	-	-	-	-
Saldo Primário	844	508	-	-	-	-	-	-

Fonte: DGO.

Serviços e Fundos Autónomos, (SFA) incluindo as Empresas Públicas Reclassificadas (EPR)

A execução orçamental dos SFA (incluindo o SNS e as EPR) registou em setembro um saldo global positivo de 172 milhões de euros, o que representa uma melhoria de 341 milhões de euros relativamente ao mês homólogo.

Este resultado foi determinado, essencialmente, por um crescimento de 3,6% da receita total, acompanhado por um aumento de 2% da despesa total. A receita total registou uma execução acima da execução do período homólogo (2,2 p.p.), enquanto a execução da despesa ficou ligeiramente abaixo da registada no período homólogo (-0,1 p.p.)

Do lado da receita assinalam-se os aumentos registados nas Transferências Correntes das AP (3,1%) e nas receitas com origem nas Contribuições para a Segurança Social, CGA e ADSE (1%). Quanto à despesa destaca-se o aumento das Despesas com o Pessoal (5,8%) e a diminuição das despesas com a Aquisição de Bens e Serviços (0,2%) e do Investimento (-10,1%).

No mesmo período, as EPR incluídas neste subsector apresentaram um saldo global negativo de 769 milhões de euros, valor que traduz uma melhoria de 26 milhões de euros face ao mês homólogo do ano anterior.

Este resultado encontra-se marcado por uma evolução mais favorável da receita total (3,6%) em relação à despesa total (2,8%). A execução orçamental da receita total ficou acima da execução do mês homólogo (+0,9 p.p.), enquanto a execução da despesa total foi inferior à do período homólogo (-1,9 p.p.).

O aumento da receita total assentou no acentuado crescimento das receitas provenientes das Transferências Correntes das AP (24,3%), enquanto na despesa total se destaca o aumento das Despesas com o Pessoal (7,4%)¹ e a redução das despesas com a Aquisição de Bens e Serviços (-6,7%) e o Investimento (-6,2%).

Quadro 2.9. Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos

	Serviços e Fundos Autónomos				dos quais: Empresas Públicas Reclassificadas			
	2015		2016		2015		2016	
	jan a set				jan a set			
	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	Grau de execução (%)*	VHA (%)	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	Grau de execução (%)*	VHA (%)
Receita Efetiva	20 759	21516	73,6	3,6	6 283	6 507	70,5	3,6
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	3 040	3 069	77,2	1,0	-	-	-	-
Transferências correntes das Adm. Públicas	12 297	12 678	72,7	3,1	477	592	57,6	24,3
Despesa Efetiva	20 927	21343	70,5	2,0	7 078	7 276	66,9	2,8
Despesa com pessoal	4 574	4 838	74,8	5,8	2 551	2 739	76,7	7,4
Aquisição de bens e serviços	4 807	4 800	69,6	-0,2	2 315	2 160	63,8	-6,7
Transferências correntes	8 450	8 439	74,6	-0,1	49	82	42,8	66,8
Saldo Global	- 168	172	-	-	- 795	- 769	-	-

Fonte: DGO.

Quadro 2.10. Execução Financeira do SNS e Orçamental da CGA

	Serviço Nacional de Saúde					Caixa Geral de Aposentações			
	2015		2016			2015		2016	
	jan a set					jan a set			
	10 ⁶ euros		VHA (%)	Grau de execução (%)*		10 ⁶ euros		VHA (%)	Grau de execução (%)*
Receita Efetiva	6 352	6 512	2,5	74,4	Receita Efetiva	7 575	7 518	-0,8	77,0
Receita fiscal	70	82	-	78,6	Contribuições p/ a CGA	3037	3 066	1,0	77,2
Outra receita corrente	6 251	6 413	2,6	74,7	Quotas e contribuições	2 960	2 990	1,0	77,2
Receita de capital	31	17	-	26,2	Transferências correntes do OE	3 890	3 847	-1,1	77,9
Despesa Efetiva	6 505	6 623	1,8	74,1	Comparticipação do OE	3 699	3 649	-1,3	78,3
Despesa com pessoal	2 542	2 666	4,9	74,2	Compensação por pagamento de pensões	191	198	3,6	76,2
Aquisição de bens e serviços	3 826	3 805	-0,5	73,9	Despesa Efetiva	7 432	7 451	0,3	76,4
Despesa de capital	81	67	-17,2	60,9	Pensões	7 301	7 313	0,2	76,4
Saldo Global	- 154	- 111	-	-	Saldo Global	144	67	-	-

Fontes: Administração Central do Sistema de Saúde e DGO.

¹ Importa não perder de vista que as EPR englobam os *Hospitais EPE* onde se repercute a política de reversão gradual da redução remuneratória na Administração Pública.

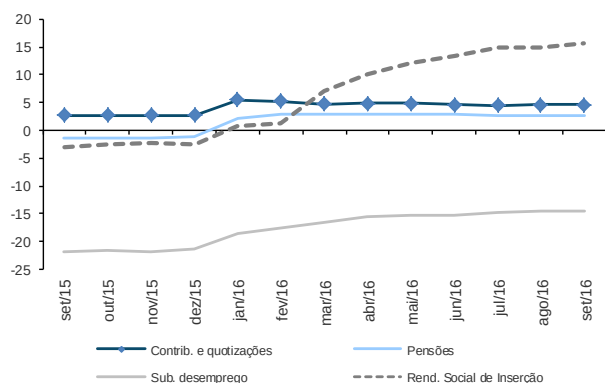
Segurança Social

A execução do orçamento da Segurança Social apresentou no final de setembro um saldo global de 1.153 milhões de euros. Este resultado representa uma melhoria de 331 milhões de euros em relação ao excedente do período homólogo (822 milhões de euros).

A receita total deste subsector registou um aumento de 4,1%, enquanto o crescimento da despesa total foi de 2,5%. A evolução da receita assenta no aumento de 4,7% registado nas receitas com origem nas Contribuições e Quotizações. O crescimento da despesa, por sua vez, reflete o aumento de 2,6% da despesa com Pensões, parcialmente compensado pela redução de 14,6% na despesa com o Subsídio de Desemprego e Apoio ao Emprego.

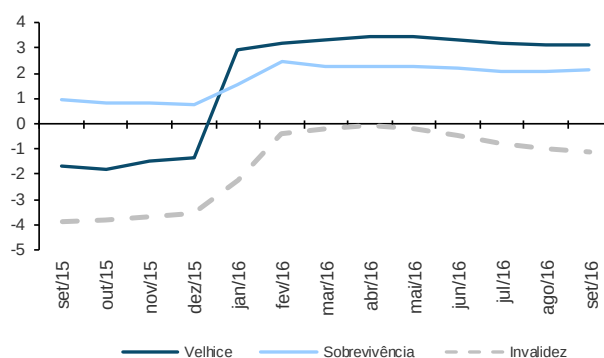
O grau de execução orçamental da Segurança Social foi de +0,1 p.p. na receita total e de -0,4 p.p. na despesa total, quando comparados com os valores da execução do mês homólogo.

Figura 2.25. Execução Orçamental da Seg. Social
(VHA, em %)



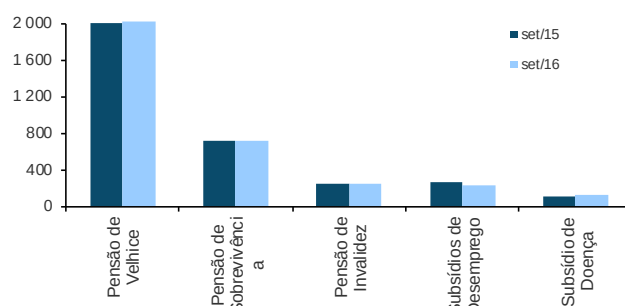
Fonte: DGO.

Figura 2.26. Despesa em Pensões da Seg. Social
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Figura 2.27. Número de Pensões e Subsídios Atribuídos
(milhares, em final do mês)



Fonte: MTSSS.

Quadro 2.11. Execução Orçamental da Segurança Social

	Segurança Social			
	2015	2016		
	jan a set			
	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Grau de execução (%)*
Receita Efetiva	18.591	19.360	4,1	73,8
Contribuições e quotizações	10.400	10.885	4,7	73,3
Transferências correntes da Adm. Central *	7.138	7.034	-1,5	78,4
Despesa Efetiva	17.769	18.207	2,5	72,4
Pensões	11.656	11.959	2,6	75,9
Pensões de velhice do reg. subst. bancário	349	343	-1,8	71,2
Subsídio de desemp. e apoio ao emprego	1.355	1.158	-14,6	70,7
Prestações e ação social	1.237	1.237	0,0	72,7
Saldo Global	822	1.153	-	-

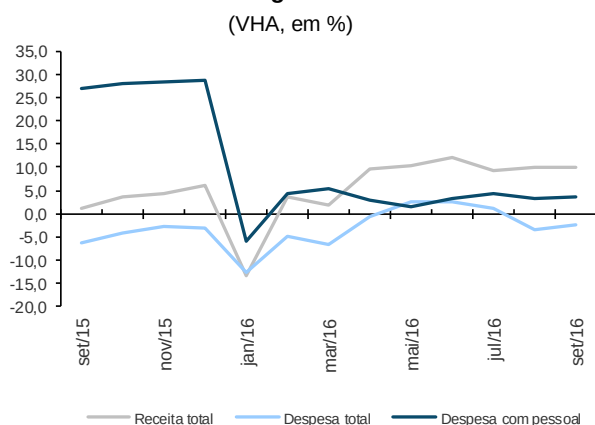
* Não inclui IVA social e transferências no âmbito da Plano de Emergência Social.

Administração Regional

O saldo global da execução orçamental da Administração Regional evidenciou, no final de setembro, um excedente de 24 milhões de euros, representando uma melhoria de 210 milhões de euros relativamente ao défice de 187 milhões de euros registado no período homólogo de 2015).

Para este resultado terá contribuído o aumento de 9,9% do total da receita e a diminuição de 2,5% do total da despesa. Na evolução da receita total destaca-se o aumento verificado na cobrança de impostos (3,3%), enquanto a evolução da despesa total reflete um aumento das Despesas com o Pessoal (3,5%), mais do que compensado por reduções registadas nas despesas com a Aquisição de Bens e Serviços (7,9%) e nas despesas de Investimento (21,9%). O valor da despesa está associado à evolução dos pagamentos de despesas de anos anteriores na RAM.

Figura 2.28. Execução Orçamental da Administração Regional



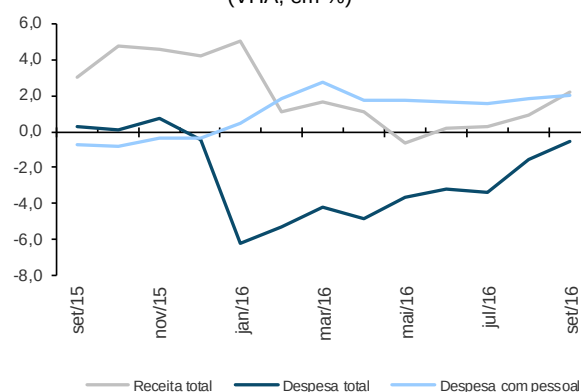
Fonte: DGO.

Administração Local

O saldo de execução orçamental da Administração Local no final de setembro foi de 694 milhões (+139 milhões de euros que em igual período de 2015).

O aumento de 2,2% da receita total encontra-se apoiado num aumento de 6,7% das receitas com origem em impostos. A despesa total, por sua vez, apresenta uma redução de 0,6%, determinada pela redução da despesa de Investimento (23,6%), que terá parcialmente compensado o aumento das Despesas com o Pessoal (2%) e o aumento das despesas com a Aquisição de Bens e Serviços (3,3%).

Figura 2.29. Execução Orçamental da Administração Local
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Quadro 2.12. Execução Orçamental das Administrações Local e Regional

	Administração Regional			Administração Local		
	2015	2016		2015	2016	
	jan a set			jan a set		
	10 ⁶ euros	VHA (%)		10 ⁶ euros	VHA (%)	
Receita Efetiva	1 663	1 827	9,9	5 200	5 312	2,2
Impostos	1 053	1 088	3,3	1 902	2 029	6,7
Transferências correntes	63	375	-	1 867	1 893	1,4
Despesa Efetiva	1 849	1 803	-2,5	4 645	4 618	-0,6
Pessoal	747	773	3,5	1 679	1 712	2,0
Aquisição de bens e serviços	506	466	-7,9	1 438	1 485	3,3
Transferências correntes	150	150	-0,4	394	444	12,6
Investimento	131	103	-21,9	793	606	-23,6
Saldo global	- 187	24	-	555	694	-

Fonte: DGO.

Dívida Pública

Dívida Pública das Administrações Públicas (ótica de Maastricht)

A dívida consolidada do sector das Administrações Públicas (critério de Maastricht) atingiu no final do mês de agosto o montante de 243.289 milhões de euros. Este valor representa um aumento de 2.489 milhões de euros relativamente ao mês anterior (1%) e um aumento de 11.705 milhões de euros relativamente ao final de 2015 (5,1%).

A Administração Central continua a manter o maior peso no total da dívida pública, tendo sido, aliás, a principal responsável pelo aumento que se verificou em relação ao mês anterior. Os depósitos deste subsector atingiram, no final de agosto, o montante de 19.684 milhões de euros, o que representa um aumento de 19% face ao mês anterior e um aumento de 48,5% em relação a dezembro de 2015.

Quadro 2.13. Dívida das Administrações Públicas
(milhões de euros)

	2015 dez	2016 jul	2016 ago
Administrações Públicas	231 584	240 800	243 289
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central	233 126	243 102	245 835
Administração Regional e Local	10 900	10 932	10 905
Segurança Social	2	2	2
Consolidação entre subsectores	12 443	13 236	13 452
<i>por memória:</i>			
Depósitos da Administração Central	13 252	16 547	19 684

Fonte: Banco de Portugal.

Dívida não Financeira das Administrações Públicas

Quadro 2.14. Dívida não Financeira das AP
(milhões de euros)

	2015 dez	2016 ago	2016 set
Administrações Públicas	2 192	2 366	2 359
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central	290	463	470
Administração Regional	638	551	577
Administração Local	1 264	1 352	1 312
Segurança Social	0	0	0

Fonte: DGO.

A dívida não financeira das Administrações Públicas ascendeu, no final de setembro, a 2.359 milhões de euros, representando uma redução de 0,3% relativamente ao montante apurado no final do mês anterior, mas continua a significar um aumento de 7,6% em relação ao final de 2015, mas em linha com a tendência típica anual.

Mantem-se inalterada a estrutura da dívida, com o subsector da Administração Local a apresentar o maior peso relativo (56%), seguindo-se a Administração Regional (24%) e a Administração Central (20%).

Os pagamentos em atraso no sector das Administrações Públicas atingiram em setembro o montante de 1.117 milhões de euros, o que traduz uma redução de 3,1% face ao mês anterior (menos 36 milhões de euros). Os Hospitais E.P.E., que representam o maior peso, registaram igualmente uma redução de 0,3% face ao final do mês anterior. No entanto, o valor dos pagamentos em atraso registado no final de setembro ainda representa um aumento de 21,5% relativamente ao final de 2015 (mais 197 milhões de euros).

A estrutura dos pagamentos em atraso continua a ser dominada pelos Hospitais E.P.E., responsáveis por cerca de 64%, seguindo-se a Administração Local (16%) e a Administração Regional (17%).

Quadro 2.15. Pagamentos em Atraso
(milhões de euros)

	2015 dez	2016 ago	2016 set
Administrações Públicas	920	1 153	1 117
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central (excl. saúde)	13	18	19
SNS	4	11	2
Hospitais EPE	451	713	711
Empresas Públicas Reclassificadas	15	14	15
Administração Regional	194	189	179
Administração Local	242	208	190
Segurança Social	0	0	0
Outras Entidades	1	3	3
Empresas públicas não reclassificadas	1	3	3
Adm. Públicas e outras entidades	921	1 156	1 120

Fonte: DGO.

Dívida Direta do Estado

A dívida direta do Estado atingiu, no final do mês de setembro, o montante de 239.995 milhões de euros, o que representa um aumento de 1.078 milhões de euros relativamente ao mês anterior (o equivalente a 0,5%). No final do período mantinha-se inalterada a estrutura desta dívida: a dívida transacionável representava 57% da dívida total, a dívida não transacionável 14% e a dívida correspondente ao Programa de Assistência Económica e Financeira cerca de 29%.

Quadro 2.16. Movimento da Dívida Direta do Estado
(milhões de euros)

	31/ago/16	set/16	30/set/16
	Saldo	Emissões	Saldo
Transacionável	136 238	2 767	137 099
da qual: Bilhetes do Tesouro	16 090	1 567	15 699
da qual: Obrigações Tesouro	111 466	223	112 726
Não Transacionável	32 539	2 504	32 784
da qual: Cert.Aforro e do Tesouro	23 192	401	23 445
da qual: CEDIC e CEDIM	6 698	1 863	6 668
Prog. de Ajustamento Económico	70 141	0	70 112
Total	238 917	5 271	239 995

Fonte: IGCP.

Emissões e Amortizações de Dívida

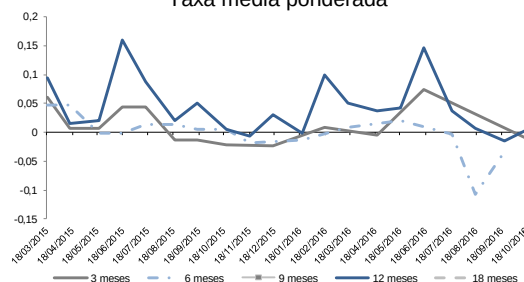
Durante o mês de outubro, o IGCP, E.P.E., colocou no mercado 1.250 milhões de euros em Bilhetes do Tesouro, através de dois leilões com as seguintes características:

- em 19 de outubro, um montante de 350 milhões de euros, com maturidade em janeiro de 2017 e uma taxa média ponderada de -0,012%. Na fase não competitiva foram colocados 5,7 milhões de euros;
- na mesma data, um montante de 900 milhões de euros (111 milhões de euros na fase não competitiva), com maturidade em setembro de 2017 e uma taxa média ponderada de 0,006%.

Durante o mês de outubro foi realizada uma operação de colocação de Obrigações do Tesouro, com as seguintes características:

- no dia 26 de outubro, um montante de 1.000 milhões de euros (fase competitiva) com maturidade em abril de 2021, com a taxa de colocação de 1,751%.

Figura 2.30. Emissões de BT
Taxa média ponderada



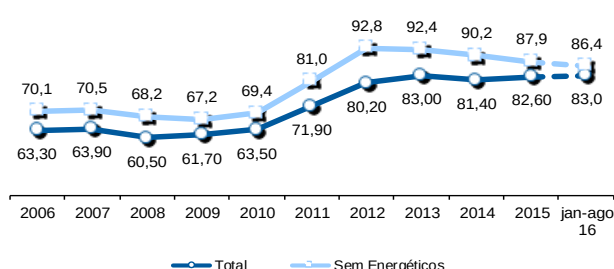
Fonte: IGCP.

3. Comércio Internacional ^[1]

Evolução global ^[2]

De acordo com os resultados preliminares recentemente divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, nos primeiros oito meses de 2016, as exportações de mercadorias diminuíram, em termos homólogos, 1,1% enquanto as importações diminuíram 0,9% ^[3]. Nesse período, o défice da balança comercial de mercadorias (fob/cif) agravou-se 0,1%. Excluindo os produtos energéticos, as exportações cresceram 1,4% e as importações registaram uma variação homóloga positiva de 4,4% (Quadro 3.1).

Figura 3.1. Evolução da Taxa de Cobertura (fob/cif) das Importações pelas Exportações de Mercadorias (%)



Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Quadro 3.1. Evolução da Balança Comercial (valores acumulados)

Intra + Extra-EU (milhões de Euros)	janeiro a agosto			VH	
	2015	2016	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Exportações (fob)	33.192	32.818	-1,1	-0,8	-0,5
Importações (cif)	39.892	39.527	-0,9	0,1	-0,7
Saldo (fob-cif)	-6.699	-6.709	0,1	4,3	-1,4
Cobertura (fob/cif)	83,2	83,0	-	-	-
Sem energéticos:					
Exportações (fob)	30.494	30.929	1,4	1,5	2,0
Importações (cif)	34.294	35.812	4,4	4,0	4,7
Saldo (fob-cif)	-3.800	-4.883	28,5	22,7	25,3
Cobertura (fob/cif)	88,9	86,4	-	-	-
Extra-EU (milhões de Euros)					
	2015	2016	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Exportações (fob)	9.186	7.768	-15,4	-14,0	-14,4
Importações (cif)	9.550	8.833	-7,5	-3,2	-7,1
Saldo (fob-cif)	-364	-1.065	192,7	1960,2	389,8
Cobertura (fob/cif)	96,2	87,9	-	-	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:
Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Nos primeiros oito meses de 2016, as exportações representaram 83% das importações, o que se traduziu num decréscimo de 0,2 p.p. na taxa de cobertura das importações pelas exportações, face ao período homólogo. Excluindo os produtos energéticos, as exportações passaram a representar 86,4% das importações (-2,5 p.p. que em igual período do ano transato).

Quadro 3.2. Balança Comercial: mês de agosto

Valores em milhões de Euros			
janeiro a agosto	2015	2016	TVH
Intra+Extra UE			
Exportações (fob)	33 192	32 818	-1,1
Importações (cif)	39 892	39 527	-0,9
Saldo (fob-cif)	- 6 699	- 6 709	0,1
Cobertura (fob/cif)	83,2	83,0	-
Intra UE			
Exportações (fob)	24 006	25 050	4,3
Importações (cif)	30 342	30 694	1,2
Saldo (fob-cif)	- 6 336	- 5 644	-10,9
Cobertura (fob/cif)	79,1	81,6	-
Extra UE			
Exportações (fob)	9 186	7 768	-15,4
Importações (cif)	9 550	8 833	-7,5
Saldo (fob-cif)	- 364	- 1 065	192,7
Cobertura (fob/cif)	96,2	87,9	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Nos primeiros oito meses de 2016, o défice da balança comercial de mercadorias Intra UE recuperou 10,9% em termos homólogos, com as exportações de mercadorias a crescerem 4,3% e as importações a aumentarem 1,2%. O défice da balança comercial de mercadorias Extra UE agravou-se consideravelmente (Quadro 3.2).

Quadro 3.3. Evolução Mensal e Trimestral

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	IMPORTAÇÕES (Cif)			EXPORTAÇÕES (Fob)		
	2015	2016	TVH	2015	2016	TVH
jan	4 442	4 365	-1,7	3 777	3 695	-2,2
fev	4 507	4 714	4,6	3 954	4 026	1,8
mar	5 300	5 311	0,2	4 402	4 248	-3,5
abr	5 189	4 874	-6,1	4 243	4 145	-2,3
mai	5 361	5 158	-3,8	4 238	4 223	-0,4
jun	5 425	5 386	-0,7	4 554	4 472	-1,8
jul	5 435	5 039	-7,3	4 704	4 489	-4,6
ago	4 232	4 681	10,6	3 320	3 521	6,1
set	5 232			4 140		
out	5 326			4 526		
nov	5 033			4 333		
dez	4 827			3 634		
1º Trim	14 249	14 390	1,0	12 133	11 969	-1,4
2º Trim	15 975	15 418	-3,5	13 035	12 840	-1,5
3º Trim	14 900			12 164		
4º Trim	15 186			12 493		

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

[1] Informação mais desagregada pode ser consultada em www.gee.min-economia.pt ("Síntese Estatística do Comércio Internacional, nº10/2016").

[2] Os dados de base do comércio internacional (Intra e Extra UE) divulgados para o mês de agosto de 2016 correspondem a uma versão preliminar. Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas (valor das transações das empresas para as quais o INE não recebeu ainda informação) assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação (valor anual das operações intracomunitárias abaixo do qual os operadores são dispensados da declaração periódica estatística Intrastat, limitando-se à entrega da declaração periódica fiscal: no caso de Portugal, 250 mil euros para as importações da UE e 250 mil para as exportações para a UE, em 2013). Por outro lado, a atual metodologia considera, para além do confronto regular entre as declarações Intrastat e do IVA, a comparação com os dados com a IES.

[3] Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Exportações de Mercadorias

Nos primeiros oito meses de 2016, as exportações de mercadorias diminuíram, em termos homólogos, 1,1%. Excluindo os produtos energéticos, registou-se um crescimento de 1,4%.

Entre janeiro e agosto de 2016, destaca-se o contributo positivo dos produtos “Têxteis, vestuário e seus acessórios” (+0,6 p.p.), seguido do contributo das “Máquinas e aparelhos e suas partes” (+0,5 p.p.) e dos “Produtos acabados diversos” (+0,4 p.p.). As “Máquinas e aparelhos e suas partes” são o grupo de produtos que maior peso tem nas exportações de mercadorias (15,1%). Seguem-se os “Químicos” (13%).

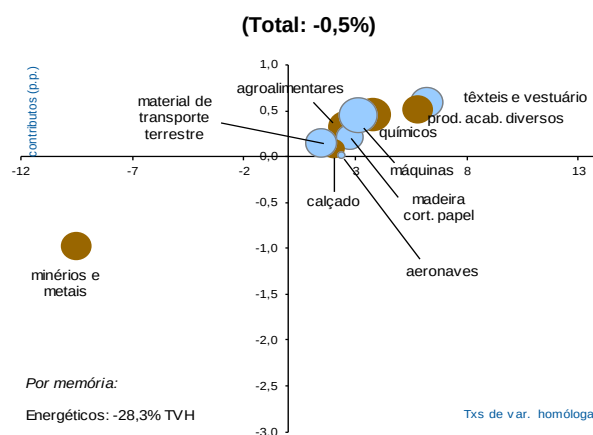
A Figura 3.2 apresenta os contributos dos diversos grupos de produtos para o crescimento das exportações no último ano a terminar em agosto de 2016.

Nesse período, a maioria dos grupos de produtos contribuiu positivamente contrariando o decréscimo das exportações totais (-0,5%). Os produtos relativos aos “Têxteis, vestuário e seus acessórios” registaram o maior contributo positivo (+0,6p.p.). De destacar ainda o contributo positivo dos “Produtos acabados diversos”, dos “Químicos” e das “Máquinas e aparelhos e suas partes” (todos com +0,5 p.p.).

De referir, ainda, os contributos dos “Agroalimentares” e da “Madeira, cortiça e papel”, para o crescimento das exportações de mercadorias (contributos de 0,3 p.p. e 0,2 p.p., respetivamente).

Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Exportações por Grupos de Produtos (p.p.)

Últimos 12 meses a terminar em agosto de 2016



Fonte: Quadro 3.4. Exportações de Mercadorias por Grupos de Produtos.

Nota:

A dimensão dos círculos representa o peso relativo de cada grupo de produtos no total das exportações no período em análise.

Quadro 3.4. Exportações * de Mercadorias por Grupos de Produtos (Fob)

Intra + Extra UE

Grupos de Produtos	Milhões de Euros		Estrutura (%)				Tax. variação e contributos			
	jan-ago		Anual		jan-ago		últimos 12 meses ^[1]		jan-ago	
	2015	2016	2010	2015	2015	2016	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
Total das Exportações	33 192	32 818	100,0	100,0	100,0	100,0	-0,5	-0,5	-1,1	-1,1
Agro-alimentares	3 964	4 066	11,7	12,8	11,9	12,4	2,6	0,3	2,6	0,3
Energéticos	2 698	1890	6,4	7,6	8,1	5,8	-28,3	-2,4	-30,0	-2,4
Químicos	4 179	4 279	11,9	12,6	12,6	13,0	3,8	0,5	2,4	0,3
Madeira, cortiça e papel	2 657	2 678	9,0	8,1	8,0	8,2	2,7	0,2	0,8	0,1
Têxteis, vestuário e seus acessórios	3 266	3 454	10,4	9,8	9,8	10,5	6,2	0,6	5,7	0,6
Calçado, peles e couros	1523	1572	4,1	4,4	4,6	4,8	2,0	0,1	3,2	0,1
Minérios e metais	3 322	3 060	10,7	9,7	10,0	9,3	-9,5	-1,0	-7,9	-0,8
Máquinas e aparelhos e suas partes	4 797	4 964	15,1	14,6	14,5	15,1	3,1	0,5	3,5	0,5
Material de transp. terrestre e suas partes	3 639	3 551	11,6	10,9	11,0	10,8	1,4	0,2	-2,4	-0,3
Aeronaves, embarcações e suas partes	200	209	0,6	0,6	0,6	0,6	2,4	0,0	4,6	0,0
Produtos acabados diversos	2 948	3 097	8,6	9,0	8,9	9,4	5,8	0,5	5,1	0,4
Por memória:										
Total sem energéticos	30 494	30 929	93,6	92,4	91,9	94,2	2,0	1,9	1,4	1,3

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

[1] Últimos 12 meses a terminar em agosto de 2016.

[2] (set 15-ago 16)/(set 14-ago 15) x 100 - 100.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

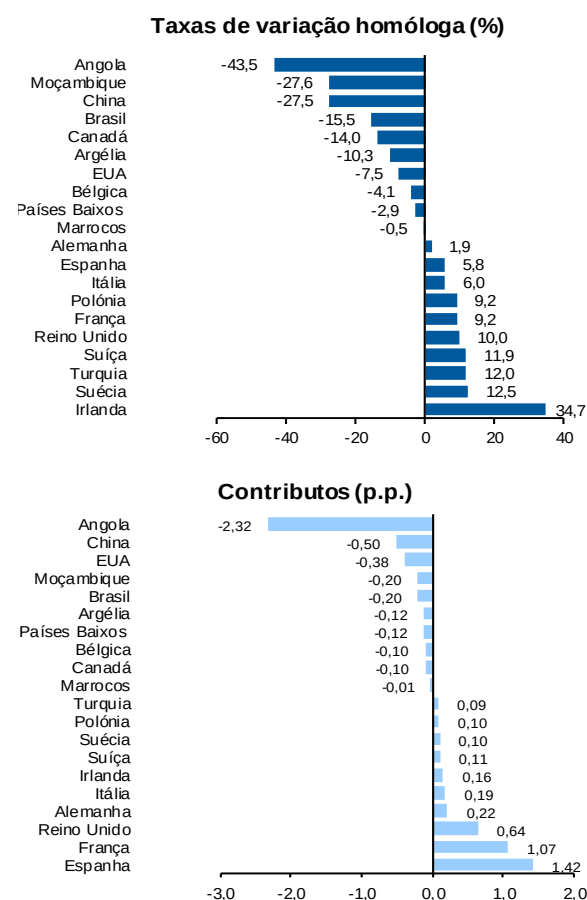
Nos primeiros oito meses de 2016, as exportações para a UE cresceram, em termos homólogos, 4,3%. As exportações com destino aos países da UE-15 também aumentaram 4,3%, em termos homólogos, enquanto as exportações com destino aos Países do Alargamento cresceram 5,6%. As exportações para países terceiros registaram uma taxa de variação homóloga negativa de 15,4% (Quadro 3.5).

As exportações de mercadorias para Espanha (+1,2 p.p.) foram as que registaram o maior contributo positivo Intra UE-15, seguidas das exportações para a França e o Reino Unido (+0,9 p.p. e +0,5 p.p., respetivamente).

No último ano a terminar em agosto de 2016, as exportações para os países Intra UE cresceram, em termos homólogos, 5%. As exportações para os países da UE-15 cresceram, em termos homólogos, 4,9%. As exportações para Espanha (+1,4 p.p.) e França (+1,1 p.p.) registaram os maiores contributos positivos. Entre os países terceiros, destaca-se a variação homóloga positiva das exportações para a Turquia (+12%) e para a Suíça (+11,9%). No mesmo período, destaca-se o decréscimo das exportações com destino a Angola (-43,5%), Moçambique (-27,6%) e China (-27,5) (Figura 3.3).

Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Exportações para uma Seleção de Mercados e Contributos

Últimos 12 meses a terminar em agosto de 2016



Fonte: Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com destino a uma Seleção de Mercados

Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com Destino a uma Seleção de Mercados

Destino	jan-ago		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
			anual		jan-ago		12 meses ^[1]		jan-ago	
			2015	2016	2015	2016	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
	2015	2016	2010	2015	2015	2016				
TOTAL	33 192	32 818	100,0	100,0	100,0	100,0	-0,5	-0,5	-1,1	-1,1
Intra UE	24 006	25 050	75,4	72,8	72,3	76,3	5,0	3,6	4,3	3,1
dos quais:										
UE-15	22 834	23 813	72,3	69,2	68,8	72,6	4,9	3,3	4,3	2,9
Espanha	8 336	8 702	27,0	25,0	25,1	26,5	5,8	14	4,6	12
França	3 949	4 239	12,0	12,1	11,9	12,9	9,2	1,1	7,3	0,9
Alemanha	3 944	3 932	13,0	11,8	11,9	12,0	19	0,2	-0,3	0,0
Reino Unido	2 369	2 346	5,5	6,7	6,5	7,1	10,0	0,6	8,1	0,5
Países Baixos	1 333	1 245	3,9	4,0	4,0	3,8	-2,9	-0,1	-6,5	-0,3
Itália	1 022	1 105	3,7	3,2	3,1	3,4	6,0	0,2	8,1	0,2
Bélgica	762	820	2,6	2,3	2,3	2,5	-4,1	-0,1	7,6	0,2
Suécia	271	324	1,0	0,8	0,8	1,0	12,5	0,1	19,7	0,2
Irlanda	161	235	0,3	0,5	0,5	0,7	34,7	0,2	46,5	0,2
Alargamento	1 172	1 237	3,2	3,6	3,5	3,8	7,4	0,3	5,6	0,2
Polónia	361	378	0,9	1,1	1,1	1,2	9,2	0,1	4,5	0,0
Extra UE	9 186	7 768	24,6	27,2	27,7	23,7	-14,4	-4,1	-15,4	-4,3
dos quais:										
EUA	1 782	1 568	3,5	5,2	5,4	4,8	-7,5	-0,4	-12,0	-0,6
Angola	1 427	824	5,1	4,2	4,3	2,5	-43,5	-2,3	-42,2	-18
China	609	428	0,6	1,7	1,8	1,3	-27,5	-0,5	-29,7	-0,5
Marrocos	470	444	0,8	1,4	1,4	1,4	-0,5	0,0	-5,6	-0,1
Brasil	379	344	1,2	1,1	1,1	1,0	-15,5	-0,2	-9,3	-0,1
Argélia	387	324	0,6	1,1	1,2	1,0	-10,3	-0,1	-16,5	-0,2
Suíça	310	360	0,9	0,9	0,9	1,1	11,9	0,1	16,2	0,2
Turquia	222	261	0,7	0,7	0,7	0,8	12,0	0,1	17,4	0,1
Canadá	262	198	0,5	0,7	0,8	0,6	-14,0	-0,1	-24,5	-0,2
Moçambique	244	152	0,4	0,7	0,7	0,5	-27,6	-0,2	-37,9	-0,3
Pormemória:										
OPEP ^[4]	2 193	1 448	7,0	6,6	6,6	4,4	-34,0	-2,6	-34,0	-2,2
PALOP	1 894	1 243	6,5	5,6	5,7	3,8	-35,9	-2,4	-34,4	-2,0
EFTA	457	488	1,1	1,4	1,4	1,5	6,8	0,1	6,8	0,1

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2015.

[1] Últimos 12 meses a terminar em agosto de 2016.

[2] (set 15-ago 16)/(set 14-ago 15) x 100 - 100.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) + 100.

[4] Inclui Angola.

Importações de Mercadorias

De janeiro a agosto de 2016, as importações de mercadorias registaram uma contração de 0,9% (Quadro 3.6).

A maioria dos grupos de produtos registou contributos positivos para o crescimento das importações totais destacando-se o comportamento das importações de “Material de transporte terrestre” (+1,1 p.p.) e “Aeronaves, embarcações e suas partes” (+1 p.p.).

A UE-28 mantém-se como principal mercado de origem das importações portuguesas (77,7%).

Nos primeiros oito meses de 2016, as importações de mercadorias provenientes do mercado comunitário cresceram, em termos homólogos, 1,2%, sendo que as provenientes dos países da UE-15 cresceram, em termos homólogos, 0,8%. As importações provenientes dos países do Alargamento registaram uma taxa de variação homóloga positiva de 8,4%.

As importações de mercadorias provenientes de países terceiros decresceram 7,5%, em termos homólogos. A China destaca-se como sendo o principal mercado extra-comunitário de origem das importações de mercadorias (3% do total). Segue-se o Brasil (2,2%) e a Rússia (1,7%).

Quadro 3.6. Importações de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Seleção de Mercados

Grupos de Produtos	10 ⁶ Euros (Cif)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
	jan-ago		Anual		jan-ago		12 meses ^[1]		jan-ago	
	2015	2016	2010	2015	2015	2016	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
TOTAL DAS IMPORTAÇÕES	39 892	39 527	100,0	100,0	100,0	100,0	-0,7	-0,7	-0,9	-0,9
Grupos de Produtos										
Agro-alimentares	6 169	6 356	14,0	15,5	15,5	16,1	3,3	0,5	3,0	0,5
Energéticos	5 598	3 716	14,4	13,2	14,0	9,4	-31,7	-4,7	-33,6	-4,7
Químicos	6 722	6 828	15,2	16,8	16,9	17,3	2,8	0,5	1,6	0,3
Madeira, cortiça e papel	1 309	1 398	3,6	3,3	3,3	3,5	5,3	0,2	6,8	0,2
Têxteis, Vestuário e seus acessórios	2 497	2 570	5,9	6,5	6,3	6,5	4,0	0,3	2,9	0,2
Calçado, peles e couros	1 028	1 084	2,0	2,5	2,6	2,7	4,6	0,1	5,4	0,1
Minérios e metais	3 419	3 170	8,7	8,4	8,6	8,0	-5,5	-0,5	-7,3	-0,6
Máquinas e aparelhos e suas partes	6 095	6 391	15,8	15,8	15,3	16,2	4,2	0,7	4,9	0,7
Material de transp. terrestre e suas partes	4 538	4 967	11,4	11,4	11,4	12,6	11,1	1,2	9,5	1,1
Aeronaves, embarcações e suas partes	248	628	2,3	0,7	0,6	1,6	108,6	0,7	153,1	1,0
Produtos acabados diversos	2 267	2 419	5,7	5,9	5,7	6,1	7,5	0,4	6,7	0,4
Total sem energéticos	34 294	35 812	85,6	86,8	86,0	90,6	4,7	4,0	4,4	3,8
Mercados de origem										
Intra UE	30 342	30 694	78,6	74,8	76,1	77,7	1,3	1,0	1,2	0,9
dos quais:										
UE-15	29 071	29 317	76,2	71,8	72,9	74,2	1,1	0,8	0,8	0,6
Espanha	13 024	12 948	32,8	32,5	32,6	32,8	0,1	0,0	-0,6	-0,2
Alemanha	5 093	5 327	13,2	12,3	12,8	13,5	5,0	0,6	4,6	0,6
França	2 942	3 077	8,3	7,1	7,4	7,8	4,9	0,4	4,6	0,3
Itália	2 122	2 150	5,8	5,2	5,3	5,4	2,4	0,1	1,3	0,1
Países Baixos	2 038	2 034	5,3	5,2	5,1	5,1	-0,2	0,0	-0,2	0,0
Reino Unido	1 290	1 226	3,3	3,1	3,2	3,1	-7,2	-0,2	-5,0	-0,2
Bélgica	1 113	1 111	2,9	2,7	2,9	2,8	-1,8	0,0	-2,9	-0,1
Suécia	439	446	1,0	1,1	1,1	1,1	-1,2	0,0	1,7	0,0
Polónia	382	471	0,6	0,9	1,0	1,2	16,4	0,2	23,3	0,2
Alargamento	1 271	1 378	2,4	3,0	3,2	3,5	7,9	0,2	8,4	0,3
Extra UE	9 550	8 833	21,4	25,2	23,9	22,3	-7,1	-1,7	-7,5	-1,8
dos quais:										
China	1 177	1 197	2,2	2,7	3,0	3,0	4,8	0,1	1,7	0,0
Angola	861	551	0,3	2,7	2,2	1,4	-43,9	-1,1	-36,1	-0,8
EUA	620	544	1,7	1,6	1,6	1,4	-3,6	-0,1	-12,3	-0,2
Brasil	588	858	1,7	1,5	1,5	2,2	46,1	0,6	45,9	0,7
Arábia Saudita	517	285	0,8	1,3	1,3	0,7	-42,5	-0,6	-44,9	-0,6
Rússia	400	657	1,0	1,2	1,0	1,7	31,4	0,4	64,1	0,6
Cazaquistão	383	226	0,3	1,4	1,0	0,6	-45,3	-0,6	-41,0	-0,4
Argélia	377	269	0,5	1,2	0,9	0,7	-28,4	-0,3	-28,6	-0,3
Índia	303	329	0,5	0,8	0,8	0,8	6,2	0,0	8,4	0,1
Turquia	289	325	0,6	0,7	0,7	0,8	13,0	0,1	12,7	0,1
Azerbaijão	271	275	0,0	0,8	0,7	0,7	35,5	0,2	15	0,0
Coreia do Sul	229	231	0,5	0,5	0,6	0,6	11,1	0,1	0,8	0,0
Colômbia	208	152	0,2	0,4	0,5	0,4	-22,1	-0,1	-26,9	-0,1
OPEP ^[4]	2 107	1 387	5,8	6,8	5,3	3,5	-36,6	-2,1	-34,1	-1,8
EFTA	247	272	1,8	0,6	0,6	0,7	7,6	0,0	10,2	0,1
PALOP	889	580	0,4	2,8	2,2	1,5	-42,5	-1,1	-34,7	-0,8

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Importações: somatório das importações de mercadorias provenientes da UE com as importações de Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2015.

[1] Últimos 12 meses a terminar em agosto de 2016.

[2] (set 15-ago 16)/(set 14-ago 15) x 100 - 100.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das importações - análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) + 100.

[4] Inclui Angola.

Comércio Internacional de Bens e Serviços

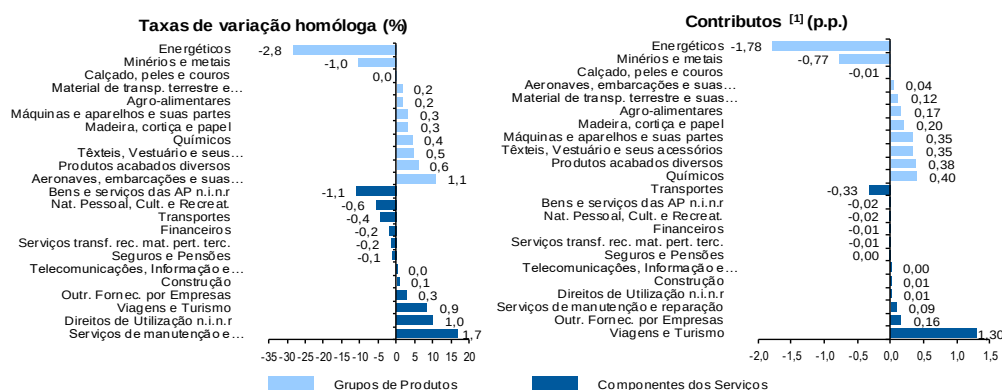
De acordo com os dados divulgados para a Balança de Pagamentos para o mês de julho de 2016, nos primeiros sete meses de 2016, as “Exportações” (crédito) de Bens e Serviços registaram uma taxa de variação homóloga negativa de 1,3%. A componente dos Bens reforçou o decréscimo das “exportações” totais em 1,6 p.p..

Nos primeiros sete meses de 2016, a componente dos Serviços representou 33% do total das “Exportações” e registou um contributo positivo de 0,3 p.p.. Do lado das “Importações” (débito) o peso desta componente foi de 18,4% no total e o seu comportamento reforçou o decréscimo das “Importações” totais (-2,7%) em 0,04 p.p., (Quadro 3.8).

No painel esquerdo da Figura 3.6 compara-se o crescimento homólogo das diferentes categorias de Bens e de Serviços no último ano a terminar em julho de 2016, com base em dados do INE para as “Exportações” de Bens (Grupos de Produtos) e do Banco de Portugal para as “Exportações” de Serviços. O painel direito mostra os contributos para a taxa de crescimento das “Exportações” de Bens e Serviços.

No período em análise, destacou-se o contributo positivo dos produtos “Químicos” (+0,4 p.p.) e dos “Produtos acabados diversos” (+0,38 p.p.). Na componente dos serviços, destacam-se os contributos das rubricas de Viagens e Turismo (+1,3 p.p.) e Outros Fornecimentos por Empresas (+0,16 p.p.).

Figura 3.6. Taxas de Crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços e Contributos das Componentes
Último ano a terminar em julho de 2016



Fonte: Cálculos do GEE com base em dados do Banco de Portugal, para as Exportações de Bens e Serviços, e do INE, para o cálculo da estrutura das exportações de Bens. A distribuição do contributo das Exportações de Bens (dados da Balança de Pagamentos, Banco de Portugal) pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do Comércio Internacional de Mercadorias do INE para as Exportações de Bens (somatório das Exportações de mercadorias para a UE com as Exportações para Países Terceiros).

[1] Contributos - análise shift-share: TVH x Peso no período homólogo anterior + 100. O somatório corresponde à TVH das Exportações de Bens e Serviços nos últimos 12 meses, de acordo com as estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal (0,6%).

Quadro 3.8. Comércio Internacional de Bens e Serviços (Componentes dos Serviços)

Valores em milhões de Euros											
	jan-jul		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos				
			Anual		jan-jul		média anual	12 meses ⁽¹⁾		jan-jul	
	2015	2016	2010	2015	2015	2016		10-15	VH ⁽²⁾	contrib. p.p. ⁽³⁾	VH
CRÉDITO (Exportações)											
Bens e Serviços	43 590	43 038	100,0	100,0	100,0	100,0	6,6	0,6	0,6	-1,3	-1,3
Bens	29 513	28 815	68,2	66,0	67,7	67,0	5,9	-0,8	-0,6	-2,4	-1,6
Serviços	14 076	14 222	31,8	34,0	32,3	33,0	8,0	3,5	1,2	1,0	0,3
Serv. transf. rec. mat. pert. terc.	204	211	0,5	0,4	0,5	0,5	4,1	-1,6	0,0	3,7	0,0
Serv. de manutenção e reparação	222	243	0,7	0,6	0,5	0,6	3,5	17,0	0,1	9,4	0,0
Transportes	3 375	3 352	8,2	7,7	7,7	7,3	5,3	-4,2	-0,3	-6,6	-0,5
Viagens e Turismo	6 014	6 580	14,0	15,4	13,8	15,3	8,5	8,7	1,3	9,4	1,3
Construção	289	285	1,0	0,7	0,7	0,7	1,0	0,8	0,0	-1,4	0,0
Seguros e Pensões	74	62	0,2	0,2	0,2	0,1	5,4	-1,3	0,0	-16,3	0,0
Financiários	239	237	0,6	0,5	0,5	0,6	6,0	-2,0	0,0	-0,9	0,0
Direitos de Utilização n.i.n.r	44	58	0,1	0,1	0,1	0,1	18,0	10,1	0,0	30,6	0,0
Telecom., Informação e Informática	746	744	1,3	1,7	1,7	1,7	12,2	0,1	0,0	-0,3	0,0
Outr. Fornec. por Empresas	2 670	2 454	4,5	6,2	6,1	5,7	13,5	2,8	0,2	-8,1	-0,5
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	115	116	0,5	0,3	0,3	0,3	-4,9	-5,7	0,0	0,2	0,0
Bens e serviços das AP n.i.n.r	82	79	0,3	0,2	0,2	0,2	-3,9	-11,0	0,0	-2,9	0,0
DÉBITO (Importações Fob)											
Bens e Serviços	41 983	40 851	100,0	100,0	100,0	100,0	1,2	-1,2	-1,2	-2,7	-2,7
Bens	34 452	33 337	83,9	81,8	82,1	81,6	0,7	-1,9	-1,6	-3,2	-2,7
Serviços	7 531	7 514	16,1	18,2	17,9	18,4	3,8	2,3	0,4	-0,2	0,0
Serv. transf. rec. mat. pert. terc.	13	7	0,0	0,0	0,0	0,0	-1,0	-36,3	0,0	-42,8	0,0
Serv. de manutenção e reparação	178	184	0,3	0,5	0,4	0,5	8,3	2,9	0,0	3,6	0,0
Transportes	1893	1723	4,2	4,5	4,5	4,2	2,7	-6,9	-0,3	-9,0	-0,4
Viagens e Turismo	2 082	2 195	4,4	5,1	5,0	5,4	4,1	6,9	0,3	5,4	0,3
Construção	51	72	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	29,7	0,0	41,4	0,1
Seguros e Pensões	205	199	0,4	0,5	0,5	0,5	5,1	-2,1	0,0	-2,8	0,0
Financiários	360	316	1,2	0,8	0,9	0,8	-5,5	-4,0	0,0	-12,0	-0,1
Direitos de Utilização n.i.n.r	363	431	0,7	0,9	0,9	1,1	6,9	25,6	0,2	18,6	0,2
Telecom., Informação e Informática	678	651	1,2	1,6	1,6	1,6	7,5	-4,6	-0,1	-4,0	-0,1
Outr. Fornec. por Empresas	1486	1510	2,7	3,7	3,5	3,7	7,7	7,4	0,3	1,6	0,1
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	15	17	0,0	0,3	0,4	0,4	-11,9	3,4	0,0	1,4	0,0
Bens e serviços das AP n.i.n.r	68	69	0,1	0,1	0,2	0,2	2,7	-2,9	0,0	1,3	0,0

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal.

Notas:

Valores Fob para a Importação de bens.

Destaques

Proposta do Orçamento do Estado para 2017

No passado dia 14 de outubro, o Governo entregou na Assembleia da República a proposta de lei do Orçamento do Estado para 2017. A estratégia prosseguida neste documento visa promover o crescimento económico sustentável a par da consolidação orçamental. Com este objetivo, o Governo propõe-se a tomar medidas orçamentais e fiscais com impacto na recuperação do rendimento disponível das famílias, na coesão social, na capitalização das empresas, na estabilização do sistema financeiro, ao mesmo tempo que implementa medidas orçamentais que visam reduzir a despesa pública, nomeadamente através da racionalização da despesa no sector da saúde, da educação, das compras públicas e aumentar a eficiência do Sector Empresarial do Estado.

Paralelamente, em termos europeus, o Conselho Europeu recomendou a Portugal um ajustamento estrutural de 0,6 p.p. do PIB em 2017.

Neste sentido, o Orçamento do Estado tem subjacente um saldo estrutural de -1,1% do PIB potencial em 2017, que resulta do aumento da receita estrutural em 0,3 p.p. e da diminuição da despesa estrutural em 0,2 p.p. do PIB.

Quadro 1: Variáveis orçamentais estruturais

(% do PIB potencial)

	2015	2016 ^e	2017 ^p
Receita estrutural	43,9	43,5	43,8
Despesa estrutural	45,8	45,2	44,9
Despesa primária estrutural	41,2	40,9	40,6
Saldo estrutural	-1,9	-1,7	-1,1
Var. saldo estrutural	-0,5	0,2	0,6
Saldo primário estrutural	2,7	2,7	3,2
Var. saldo primário estrutural	-0,8	0,0	0,6

Nota: e – estimativa, p – previsão.

Fonte: Ministério das Finanças.

O défice orçamental deverá reduzir-se de 2,4% em 2016 para 1,6% do PIB em 2017 e o excedente primário, que exclui os juros da dívida pública, deverá atingir 2,8% do PIB, correspondendo a uma melhoria de 0,9 p.p. do PIB face a 2016.

Em termos de peso no PIB, este comportamento tem subjacente uma redução da despesa em 0,4 p.p. do PIB, para a qual contribui a diminuição das prestações sociais (0,3 p.p.), das despesas com pessoal (0,2 p.p.) e do consumo intermédio (0,1 p.p.). O comportamento das prestações sociais é justificado pela diminuição das despesas com subsídio de desemprego e outras medidas cíclicas, compensado pelo aumento da despesa com pensões e outras prestações sociais, em particular o abono de família, as prestações de parentalidade, o rendimento social de inserção e a nova prestação social única para pessoas com deficiência. A evolução da despesa com pessoal tem implícita uma redução de trabalhadores, refletindo o rácio de uma nova contratação pela saída de dois funcionários (regra de 2 por 1), ainda que influenciado pela reposição da totalidade dos cortes salariais aplicados em 2011 e pelo horário de trabalho de 35 horas. As medidas de racionalização e simplificação dos serviços públicos, a sua reorganização e modernização, a revisão da despesa do sector da saúde, educação e sector empresarial do Estado e, ainda, a prevista diminuição dos encargos com as Parcerias Público-Privadas influenciam o comportamento do consumo intermédio. Em sentido oposto, salienta-se a evolução do investimento público que deverá aumentar o seu peso no PIB em 0,3 p.p.

Novamente em termos de peso no PIB, estima-se que a receita aumente 0,5 p.p. do PIB em 2017, influenciada pela outra receita corrente, que se justifica em parte pelo aumento dos dividendos a pagar pelo Banco de Portugal. No que diz respeito à receita fiscal, o Governo prosseguirá a atual política de recomposição da receita fiscal, substituindo impostos diretos por indiretos. Assim, prevê-se a redução da receita

fiscal (0,1 p.p.), em consequência da redução dos impostos sobre o rendimento e património (refletindo a eliminação gradual da sobretaxa de IRS) e a manutenção dos impostos sobre a produção e importação (resultado do efeito completo da redução da taxa de IVA da restauração, a introdução do adicional ao IMI, a tributação dos refrigerantes e do Programa Especial de Redução de Endividamento ao Estado). As contribuições sociais efetivas deverão manter o seu peso no PIB, sendo que as contribuições para a segurança social deverão evoluir positivamente, de acordo com a expectável recuperação do mercado de trabalho e aumento da massa salarial, e as contribuições para a Caixa Geral de Aposentações deverão diminuir, em resultado da saída de subscritores para a aposentação e reforma.

Quadro 2: Conta das Administrações Públicas em contabilidade nacional
(% do PIB)

	2015	2016 ^e	2017 ^p	2016/15	2017/16
	% do PIB			Var. p.p.	
1. Receitas Fiscais	25,4	25,0	24,9	-0,4	-0,1
Impostos s/Produção e Importação	14,5	14,8	14,8	0,2	0,0
Impostos s/Rendimento e Património	10,8	10,2	10,2	-0,6	-0,1
2. Contribuições Sociais	11,6	11,6	11,7	0,1	0,0
Das quais: Contribuições Sociais Efectivas	9,0	9,1	9,1	0,1	0,0
3. Outras Receitas Correntes	6,2	6,0	6,5	-0,2	0,5
4. Total Receitas Correntes (1+2+3)	43,2	42,7	43,1	-0,5	0,4
5. Receitas de Capital	0,9	1,0	1,0	0,1	0,0
6. Total Receitas (4+5)	44,0	43,6	44,1	-0,4	0,5
7. Consumo Intermédio	5,8	5,7	5,6	0,0	-0,1
8. Despesas com Pessoal	11,3	11,2	11,0	-0,1	-0,2
9. Prestações Sociais	19,3	19,0	18,7	-0,3	-0,3
Das quais: Prestações que não em Espécie	17,4	17,1	17,0	-0,3	-0,1
10. Juros	4,6	4,3	4,3	-0,2	0,0
11. Subsídios	0,6	0,6	0,6	0,0	0,0
12. Outras Despesas Correntes	2,5	2,9	2,9	0,3	0,0
13. Total Despesa Corrente (7+8+9+10+11+12)	44,1	43,7	43,1	-0,4	-0,6
Da qual: Despesa Corrente Primária (13-10)	39,5	39,3	38,7	-0,2	-0,6
14. Formação Bruta de Capital Fixo	2,3	1,9	2,2	-0,4	0,3
15. Outras Despesas de Capital	2,0	0,6	0,4	-1,4	-0,2
16. Total Despesas de Capital (14+15)	4,3	2,4	2,6	-1,9	0,2
17. Total Despesa (13+16)	48,4	46,1	45,7	-2,3	-0,4
Da qual: Total Despesa Primária	43,8	41,8	41,3	-2,0	-0,4
18. Cap. (+) / Nec. (-) Financiamento Líquido (6-17)	-4,4	-2,4	-1,6	1,9	0,9

Fonte: INE e Ministério das Finanças.

No que diz respeito à dívida pública na ótica de Maastricht, prevê-se que atinja 128,3% do PIB em 2017, reduzindo-se 1,4 p.p. do PIB em comparação com 2016, em resultado da variação do saldo primário e do crescimento nominal do PIB.

Quadro 4: Dinâmica da dívida pública
(% do PIB)

	2015	2016 ^e	2017 ^p
Dívida pública consolidada (% PIB)	129,0	129,7	128,3
Variação em p.p. do PIB	-1,6	0,7	-1,4
Efeito saldo primário	-0,2	-1,9	-2,8
Efeito dinâmico	-0,1	0,3	0,6
Efeito juros	4,6	4,3	4,3
Efeito PIB	-4,7	-4,0	-3,8
Outros	-1,3	2,3	0,8

Nota: e – estimativa, p – previsão.

Fonte: Ministério das Finanças.

O enquadramento macroeconómico subjacente ao Orçamento do Estado para 2017 prevê uma aceleração do crescimento do PIB para 1,5% (mais 0,3 p.p. que em 2016), em consequência da manutenção do contributo positivo da procura interna (1,3 p.p.) e da alteração do sinal do contributo da procura externa

líquida (0,2 p.p.). A Formação Bruta de Capital Fixo deverá ser a componente da procura interna que maior dinamismo terá, compensando um abrandamento do consumo privado. No que diz respeito à procura externa, antecipa-se uma aceleração das exportações superior à das importações, com efeito positivo nas contas externas e, nomeadamente, na capacidade líquida de financiamento da economia.

No que diz respeito ao mercado de trabalho perspectiva-se uma evolução positiva, dado que a taxa de desemprego deverá manter a trajetória descendente e o emprego deverá aumentar.

A inflação medida pelo Índice de Preços no Consumidor (IPC) deverá atingir 1,5% em 2017, mais 0,7p.p. que em 2016.

Quadro 1: Previsões macroeconómicas

	2014	2015	2016 ^(e)	2017 ^(p)	2016 ^(e)	2017 ^(p)
	INE		OE 2017		PE 2016-20 abril/16	
PIB e Componentes da Despesa (<i>Taxa de crescimento homólogo real, %</i>)						
PIB	0,9	1,6	1,2	1,5	1,8	1,8
Consumo Privado	2,3	2,6	2,0	1,5	2,4	1,8
Consumo Público	-0,5	0,8	0,6	-1,2	0,2	-0,7
Investimento (FBCF)	2,3	4,5	-0,7	3,1	4,9	4,8
Exportações de Bens e Serviços	4,3	6,1	3,1	4,2	4,3	4,9
Importações de Bens e Serviços	7,8	8,2	3,2	3,6	5,5	4,9
Contributos para o crescimento do PIB (<i>pontos percentuais</i>)						
Procura Interna	2,2	2,6	1,3	1,3	2,4	1,9
Procura Externa Líquida	-1,4	-1,0	-0,1	0,2	-0,6	-0,1
Evolução dos Preços						
Deflator do PIB	1,0	1,8	2,0	1,5	2,1	1,6
IPC	-0,3	0,5	0,8	1,5	1,2	1,6
Evolução do Mercado de Trabalho						
Emprego	1,4	1,4	0,8	1,0	0,8	0,7
Taxa de Desemprego (%)	13,9	12,4	11,2	10,3	11,4	10,9
Produtividade aparente do trabalho	-0,5	0,2	0,4	0,5	1,0	1,1
Saldo das Balanças Corrente e de Capital (<i>em % do PIB</i>)						
Capacidade/Necessidade líquida de financiamento face ao exterior	1,0	0,9	1,7	2,2	1,6	1,8
- Saldo da Balança Corrente	-0,3	-0,3	0,5	1,0	0,4	0,6
da qual Saldo da Balança de Bens e Serviços	0,2	0,8	1,5	1,9	1,0	1,3
- Saldo da Balança de Capital	1,3	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2

Legenda: (e) estimativa, (p) previsão.

Fontes: INE e Ministério das Finanças.

Artigos

Em Análise

Vantagens Comparativas da Indústria Transformadora de Portugal

Eugénia P. Costa, Ana Fortunato e Catarina Afonso¹

Introdução

Os processos de produção têm vindo a tornar-se cada vez mais fragmentados através das fronteiras nacionais, afetando a natureza da concorrência internacional. O rápido progresso nas tecnologias de informação e de organização, a redução dos custos de comunicação e transporte, bem como a remoção de barreiras políticas e económicas ao comércio, conduziram à crescente desagregação dos processos de produção², possibilitando que as várias fases de produção já não necessitem de ser realizadas perto umas das outras. Deste modo, a maioria da produção mundial deixou de se realizar numa só empresa ou num só país e dispersou-se por várias empresas que, em muitos casos, se situam em países diferentes constituindo o que se denomina de cadeias de valor globais. Esta dispersão da produção além-fronteiras tem afetado a concorrência internacional e a estrutura setorial de vários países.

Neste trabalho pretende-se analisar o posicionamento dos vários ramos da indústria transformadora portuguesa face ao resto do mundo. Para tal, recorreu-se ao estudo das Vantagens Comparativas Reveladas por estes setores de atividade com base em duas abordagens distintas: a mais inovadora, utilizada por *Timmer (2013)*, cujo cálculo é baseado nas cadeias de valor globais (CVG) e a mais convencional, cujo cálculo é baseado nas exportações brutas. O período em análise compreende os anos entre 1995 e 2011, inclusive, e a sua escolha deve-se ao facto de estarem aqui contidos marcos económicos importantes, nomeadamente a adesão de Portugal à União Monetária em 1999, o colapso do comércio em 2008-2009 e o início do Programa de Assistência Económica e Financeira à economia portuguesa em 2011.^{3 4}

O trabalho prossegue da seguinte forma. Primeiramente proceder-se-á à análise das vantagens comparativas dos vários ramos da indústria transformadora em Portugal, obtidas com recurso ao método baseado nas Cadeias de Valor Global e ao método baseado nas exportações brutas. Segue-se a comparação dos resultados obtidos pelos dois métodos e por fim, são apresentadas as principais conclusões.

1. As vantagens comparativas reveladas de Portugal

A natureza da concorrência internacional têm vindo a alterar-se na sequência do aumento da fragmentação dos processos de produção através das fronteiras, originando a expansão das cadeias de valor global, e consequentemente o aprofundamento das relações e o aumento da interdependência das economias dos vários países. Neste contexto, os indicadores convencionais de competitividade, com base em exportações brutas, têm-se revelado cada vez menos informativos, porque pressupõem que todo o processo de produção de um bem é realizado na economia que o vai exportar, considerando apenas os *inputs* domésticos. Não é tida em conta a crescente dispersão da produção além-fronteiras e o aumento do uso de *inputs* importados. Neste estudo será dada especial ênfase a um novo conceito de análise da competitividade introduzido por *Timmer et al (2013)* que se baseia no valor que cada país acrescenta ao longo da cadeia de produção internacional até se chegar ao produto final, chamado de rendimento da cadeia de valor global (CVG).

¹Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia. As opiniões expressas são da exclusiva responsabilidade das autoras e não coincidem necessariamente com as da instituição. As autoras agradecem a Ricardo Pinheiro Alves e Paulo Inácio pelos comentários úteis.

²Vide Amador, J. e Cabral, S. (2016).

³Vide Amador, J. e Stehrer, R. (2014).

⁴O período em análise abarca também a fixação das taxas de juro europeias em 1999 e a abertura dos mercados chinês e indiano na década de 90, tal como é referido em *Timmer et al. (2013)*.

1.1. As vantagens comparativas reveladas calculadas com base no rendimento das CVG

Esta abordagem é baseada no rendimento das CVG e engloba todas as atividades que são desenvolvidas para obter um produto/serviço, desde a sua conceção até ao seu uso final, tendo em conta a forma como essas atividades estão distribuídas geograficamente. Atualmente são raros os produtos que são começados, desenvolvidos e acabados no mesmo país, sem terem de passar por outros países, ou sem recorrer a componentes desenvolvidas noutros países. O valor acrescentado por todo o trabalho e capital que é direta e indiretamente utilizado para a produção dos bens finais, é o rendimento da cadeia de valor global.⁵

Modelando a economia como uma matriz de input-output (Leontief), o valor de um produto final resulta da soma do valor acrescentado por todos os fatores em todos os países que estão direta ou indiretamente envolvidos no processo (cadeia) de produção desse bem.

A cadeia de valor global é identificada pelo país-indústria onde a última etapa da produção tem lugar antes da entrega ao consumidor final.

Os rendimentos das cadeias de valor global são obtidos com base em matrizes input-output construídas especialmente para este fim. As mesmas constam da base de dados da WIOD⁶, e contêm dados para 40 países para os anos de 1995 a 2011 (estas matrizes são indústria-por-indústria).

O indicador de vantagem comparativa revelada (VCR), calculado com base nas Cadeias de Valor Global, para o produto i , resulta do rácio entre o peso do rendimento da CVG do bem/indústria i no país A no rendimento da CVG do bem/indústria i no Mundo e o peso do rendimento da CVG dos bens/indústrias do país A no rendimento da CVG dos bens/indústrias do Mundo (ou de um grupo de países selecionado). Matematicamente é definido da seguinte forma:

$$VCR_i = \frac{CVG_{A,i}/CVG_{W,i}}{CVG_A/CVG_W}$$

Onde,

- $CVG_{A,i}$ é o rendimento da cadeia de valor global do bem/indústria i do país A ;
- $CVG_{W,i}$ é o rendimento da cadeia de valor global do bem/indústria i do Mundo ou do agrupamento de países escolhido (rendimento da CVG total do bem i);
- CVG_A é o rendimento das cadeias de valor global o país A ;
- CVG_W é o rendimento das cadeias de valor global do Mundo ou do agrupamento de países escolhido.

O indicador VCR obtido por esta via é analisado da seguinte forma: se uma economia acrescenta relativamente mais valor à cadeia de valor global de um determinado produto ou setor do que as restantes economias, o indicador será superior a 1 e pode dizer-se que a economia tem uma vantagem comparativa na cadeia de valor global desse produto ou setor. Por outro lado, um valor inferior à unidade indica que a economia em questão não tem vantagem comparativa na cadeia de valor global do produto ou setor, ou seja, acrescenta relativamente menos valor à cadeia de valor global de determinado produto do que as restantes economias.

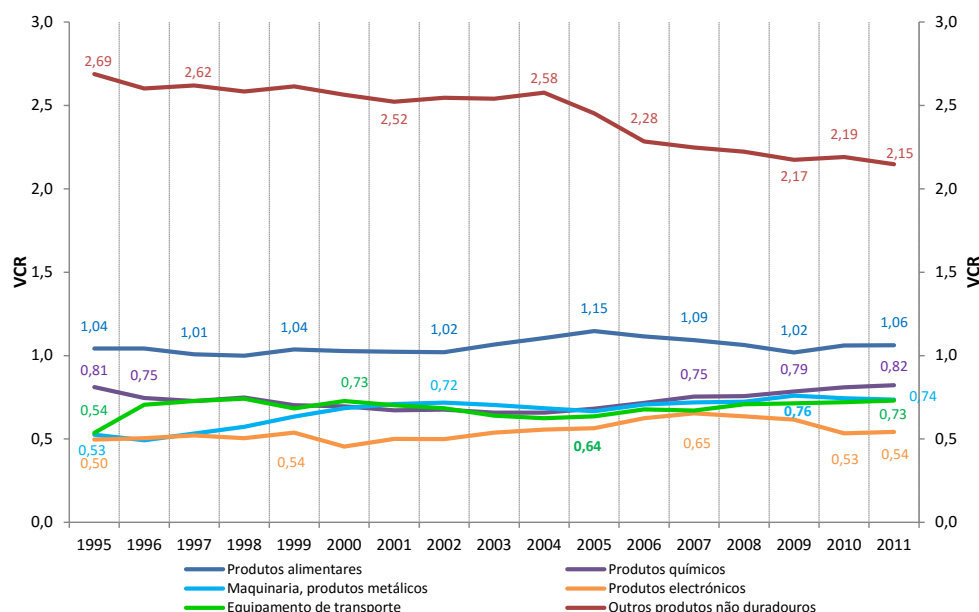
As vantagens comparativas por este método foram calculadas por *Timmer* para uma amostra de quarenta países, e sete grupos de indústrias, considerando o período entre 1995 e 2011⁷. O cálculo das VCR por este método é um processo moroso e complexo, pelo que se optou por fazer uma análise da indústria transformadora para Portugal com base nos valores obtidos por *Timmer et al. (2013)*. Estes valores estão contemplados na figura 1.

⁵Timmer et al. (2013).

⁶ <http://www.wiod.org>

⁷ Anexo, Tabela 2.

Figura 1 – Evolução das VCR de Portugal calculadas com base nas CVG



Fonte: Com base nos dados de Timmer et al. (2013)

Nota: Os agregados dividem-se da seguinte forma: Alimentar (inclui as indústrias ISIC rev.3 (15 e 16), Outros produtos não duradouros (17 a 20, 36 e 37), Produtos químicos (23 a 26), Maquinaria e produtos metálicos (27 a 29), Produtos eletrónicos (30 a 33) e Equipamentos de Transporte (34 e 35). Ver Tabela 1 do anexo.

A análise da figura supracitada sugere que Portugal possui vantagens comparativas reveladas nos agregados cujos processos produtivos são tradicionais. Evidenciam-se os “Outros produtos não duradouros”⁸, onde se incluem os setores dos Têxteis, Vestuário e Produtos de Couro, Madeira, Mobiliário e Cortiça. Apesar da quebra verificada entre 1995 e 2011, mais acentuada a partir de 2003/2004, Portugal mantém um posicionamento forte na cadeia de valor global dos produtos desta indústria. Por outro lado, os restantes agregados, apesar de não apresentarem vantagem comparativa revelada, exibem um desempenho estável no período de 1995 a 2011.

É importante salientar que as CVG da indústria transformadora não incluem necessariamente todas as atividades praticadas nesse setor, como é o caso das atividades relativas à produção de bens e serviços intermédios. Por outro lado, as CVG da indústria transformadora podem incluir o valor acrescentado de bens e serviços fora desse setor. Todavia, todas as contribuições indiretas aqui referenciadas são tidas em conta quando se constroem as matrizes input-output para os diversos setores.

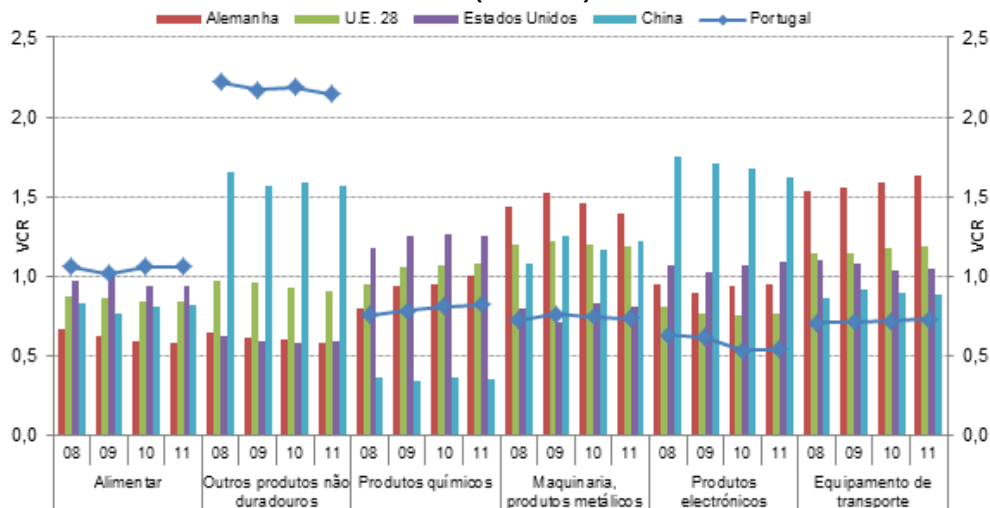
Na figura 2 constam as vantagens comparativas reveladas dos sete grupos de indústrias contemplados na figura 1, mas apenas para o período 2008-2011, e para um grupo de países mais alargado. O objetivo é confrontar as vantagens comparativas das indústrias transformadoras em Portugal, com as vantagens comparativas dessas mesmas indústrias na Alemanha, E.U.A., UE-28, e China. A escolha destas economias não foi aleatória. A Alemanha e os Estados Unidos da América ocupam posições centrais na rede de cadeias de valor global, ainda que apresentem características distintas. A primeira diferença respeita aos setores em que se destacam. Enquanto a Alemanha é um importante fornecedor de bens que funcionam como inputs que integram o processo produtivo e consequentemente as exportações de bens de outros países, os E.U.A. destacam-se pelo fornecimento de serviços que serão integrados nas exportações de serviços de outras economias. A segunda diferença respeita ao papel que desempenham dentro das redes de CVG. A economia germânica tem uma posição dominante, seja como fornecedor seja como cliente de valor acrescentado nas cadeias de valor global, ao passo que os E.U.A. atuam essencialmente como fornecedor. A China, por seu turno, tem vindo a aumentar a sua importância como fornecedor de inputs de valor acrescentado incluídos nas exportações de outros países, o que lhe confere também um

⁸São indústrias cujos produtos finais se destinam ao consumo no curto prazo, tais como vestuário, calçado e alguns artigos de madeira e cortiça. O agregado “Outros produtos não duradouros” considerado no presente documento inclui as indústrias transformadoras de têxteis, artigos de vestuário e peles, artigos de couro e calçado, produção de madeira e cortiça (exceto móveis), fabricação de mobiliário e reciclagem.

papel de destaque nas CVG. A inclusão da União Europeia na análise (considerando os atuais 28 membros, entre os quais Portugal), é justificada pela natureza regional que caracteriza as CVG.⁹

De acordo com o gráfico, Portugal apresenta vantagens comparativas reveladas superiores às restantes economias nas indústrias do grupo “outros produtos não duradouros”.

Figura 2 – Vantagens Comparativas Reveladas em Portugal, UE-28, Estados Unidos, Alemanha e China (2008-2011)



Fonte: Com base nos dados de Timmer et al. (2013)

Nota: Os agregados dividem-se da seguinte forma: Alimentar (inclui as indústrias ISIC rev.3 15 e 16), Outros produtos não duradouros (17 a 20, 36 e 37), Produtos químicos (23 a 26), Maquinaria e produtos metálicos (27 a 29), Produtos eletrónicos (30 a 33) e Equipamentos de Transporte (34 e 35). Ver Tabela 1 do anexo

1.2. As vantagens comparativas reveladas calculadas com base nas exportações brutas

O cálculo das vantagens comparativas baseadas nas exportações foi introduzido por Balassa (1965). O índice de VCR obtido por esta via resulta do rácio entre o peso das exportações do bem i do país A , nas suas exportações totais e o peso das exportações mundiais (ou de um grupo de países) do bem i nas suas exportações totais, ou seja, é a participação de um país nas exportações mundiais de um produto específico para a sua participação nas exportações totais. Matematicamente, o indicador de Vantagem Comparativa Revelada, calculado com base nas Exportações Brutas, para o produto “ i ” é definido da seguinte forma:

$$VCR_i = \frac{X_{A,i}/X_A}{X_{W,i}/X_W}$$

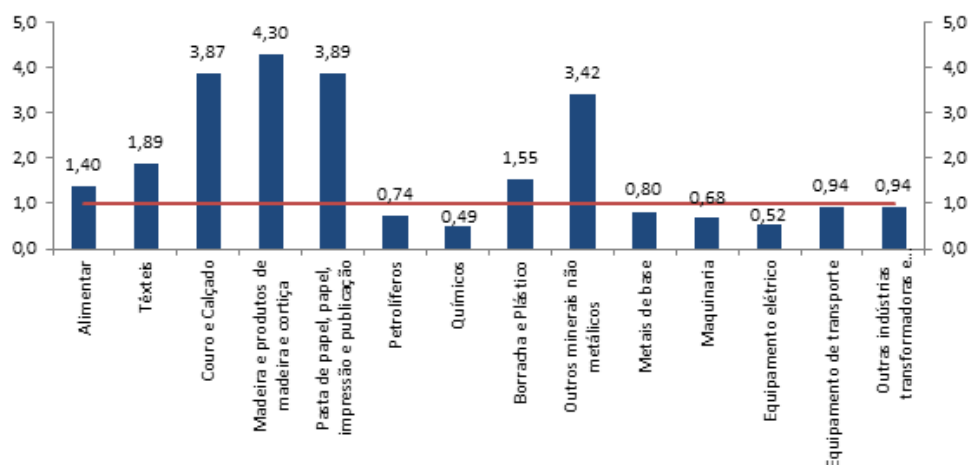
Onde,

- $X_{A,i}$ são as exportações do bem i do país A ;
- X_A são as exportações totais do país A ;
- $X_{W,i}$ são as exportações do bem i do Mundo ou do agrupamento de países escolhido;
- X_W são as exportações totais do Mundo ou do agrupamento de países escolhido.

Este índice é analisado da mesma forma que o índice obtido pelo método da CVG. Assim, quando o índice é superior a 1 para um determinado setor, diz-se que a economia em causa tem vantagem comparativa na produção de bens desse setor. Reciprocamente, quando um setor apresenta um índice de VCR inferior a 1, concluiu-se que o país não tem vantagem comparativa na produção dos bens que pertencem a esse setor.

⁹ Baseado nas conclusões de Amador e Cabral. (2016)

Figura 3 – VCR com base nas exportações (2011) – Portugal



Fonte: Cálculos próprios com base nos dados da WIOD.

Nota: Os agregados dividem-se de acordo com a ISIC rev.3 – tabela 1 do anexo.

Exportações totais aqui entendidas como as exportações das secções A a P da ISIC Rev.3 para 40 países (Austrália, Áustria, Bélgica, Brasil, Bulgária, Canadá, China, Chipre, República Checa, Dinamarca, Estónia, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Índia, Indonésia, Irlanda, Itália, Japão, Coreia, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, México, Países Baixos, Polónia, Portugal, Roménia, Rússia, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Suécia, Taiwan, Turquia, Reino Unido e E.U.A.) e resto do Mundo (aglomerado que representa o restantes países do Mundo).

O cálculo das VCR baseado nas exportações brutas, figura 3, leva a concluir que, à semelhança do que já tinha sido verificado anteriormente, Portugal possui vantagens comparativas reveladas nas indústrias tradicionais, das quais se destaca o setor da madeira e cortiça cujo valor ascende a 4,30. Este facto não é de todo surpreendente dado que Portugal é o maior produtor mundial de cortiça. De salientar também os setores da pasta de papel, do couro e calçado, e dos outros minerais não metálicos, os quais também apresentam vantagens comparativas consideráveis (3,89, 3,87 e 3,42, respetivamente). Por outro lado, a indústria dos químicos e a indústria do equipamento elétrico são os que apresentam VCR mais reduzidas, de acordo com o método das exportações.

1.3. Comparação entre os dois métodos

Tendo sido analisadas separadamente as vantagens comparativas de Portugal obtidas por cada um dos métodos, importa comparar os principais resultados das duas abordagens. Embora a comparação não possa ser feita de forma direta devido às diferenças implícitas nos dados utilizados¹⁰ em ambos os métodos, é interessante verificar a evolução das VCR pelas duas abordagens.

Para o efeito, assumiram-se os agregados das indústrias transformadoras utilizados na figura 1 e consideraram-se os anos de 1995, 2000, 2009 e 2011, de modo a obter uma evolução antes e pós adesão ao euro e, ao mesmo tempo, poder analisar o efeito do pico da crise financeira nas VCR da indústria transformadora em Portugal.

A análise da figura 4 permite verificar que as VCR baseadas nas cadeias de valor global são menos voláteis que as VCR baseadas nas exportações. Efetivamente, os processos de fabrico e a estrutura produtiva de uma economia levam anos a alterar-se e isso é evidenciado no índice VCR calculado com base no rendimento das CVG.

¹⁰ Para uma melhor compreensão das diferenças implícitas nos dados utilizados pelas duas abordagens, vide o exemplo numérico hipotético explícito em Timmer et al. (2013).

Figura 4 - Vantagens comparativas reveladas de acordo com as duas abordagens

	Rendimento das CVG				Exportações Brutas			
	1995	2000	2009	2011	1995	2000	2009	2011
<i>Alimentar</i>	1,04	1,03	1,02	1,06	0,89	1,07	1,34	1,40
<i>variação %</i>		-1,49	-0,86	4,30		20,17	25,16	4,50
<i>Outros produtos não duradouros</i>	2,69	2,56	2,17	2,15	3,24	2,86	1,88	1,95
<i>variação %</i>		-4,59	-15,22	-1,22		-11,72	-34,42	3,82
<i>Produtos químicos</i>	0,81	0,70	0,79	0,82	0,81	0,81	0,90	0,86
<i>variação %</i>		-14,16	12,86	4,73		-0,69	11,58	-4,63
<i>Maquinaria e produtos metálicos</i>	0,53	0,68	0,76	0,74	0,40	0,63	0,78	0,74
<i>variação %</i>		30,17	11,14	-3,09		58,73	24,11	-4,81
<i>Produtos eletrónicos</i>	0,50	0,45	0,62	0,54	0,68	0,64	0,51	0,52
<i>variação %</i>		-8,48	35,52	-12,03		-6,84	-20,65	3,57
<i>Equipamentos de transporte</i>	0,54	0,73	0,71	0,73	0,87	1,06	0,96	0,94
<i>variação %</i>		35,41	-1,87	2,32		20,98	-8,86	-2,59

Fonte: Timmer et al (2013) para as VCR baseadas no Rendimento das CGV e cálculos próprios com base nos dados do WIOD para as VCR baseadas nas Exportações Brutas.

Nota: Os agregados dividem-se da seguinte forma: Alimentar (inclui as indústrias ISIC rev.3, 15 e 16), Outros produtos não duradouros (17 a 20, 36 e 37), Produtos químicos (23 a 26), Maquinaria e produtos metálicos (27 a 29), Produtos eletrónicos (30 a 33) e Equipamentos de Transporte (34 e 35). Ver Tabela1do anexo.

Exportações totais aqui entendidas como as exportações das secções A a P da ISIC Rev.3 para 40 países (Austrália, Áustria, Bélgica, Brasil, Bulgária, Canadá, China, Chipre, República Checa, Dinamarca, Estónia, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Índia, Indonésia, Irlanda, Itália, Japão, Coreia, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, México, Países Baixos, Polónia, Portugal, Roménia, Rússia, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Suécia, Taiwan, Turquia, Reino Unido e E.U.A.) e resto do Mundo (aglomerado que representa os restantes países do Mundo).

O setor alimentar regista vantagem comparativa, quer pela via das exportações, quer pela via das CVG. Se pelo lado das exportações, as VCR aumentaram de 0,89 (1995) para 1,40 (2011), o que corresponde a uma variação de 57,2%, em termos de cadeia de valor global as VCR aumentaram 1,9% (figura 5). No período de 2000 a 2011, o peso dos produtos agroalimentares nas exportações nacionais registou um crescimento significativo influenciado pela construção do complexo do Alqueva. Este projeto veio aumentar substancialmente a área de regadio, potenciando as condições naturais para o surgimento de culturas de maior valor acrescentado, nomeadamente, o olival intensivo. Também o setor da fruta e produtos hortícolas, impulsionados pela modernização tecnológica dos processos de cultura, têm contribuído para a subida dos agroalimentares e consequente crescimento da sua VCR a partir de 2009.

O agregado “Outros produtos não duradouros” evidencia VCR pelas duas abordagens, no entanto, esta vantagem comparativa tem vindo a diminuir desde 1995, registando quedas de cerca de 40%, em termos de exportações, e de 20% no rendimento das cadeias de valor (figura 5). Esta diminuição poderá dever-se à abertura dos mercados europeus à concorrência asiática nos têxteis e vestuário e à consequente deslocalização da produção destes bens para aqueles países, deprimindo a indústria nacional a partir do ano 2000. No entanto, o setor da cortiça, com a aposta na diversificação de produtos manufaturados, e o setor do calçado, alterando o seu padrão de produção e investindo no *design* e no segmento de mercado alto, dão um forte contributo para que este agregado mantenha vantagens comparativas.

O setor português da “Maquinaria e produtos metálicos” (27 a 29) apesar de não ter vantagem comparativa, de acordo com os resultados obtidos por ambos os métodos, apresenta uma evolução significativa e sustentada no período 1995 a 2011. Pressionado pela concorrência internacional e pelas políticas ambientais e de gestão de recursos, este setor optou por investir em I&D, inovação tecnológica e na formação especializada. Assim, os processos, produtos e serviços passaram a incorporar tecnologias mais avançadas, mais limpas e eficientes. O desenvolvimento do setor dos moldes e dos *clusters* eólico e aeronáutico têm dado forte impulso às indústrias de maquinaria e produtos metálicos.

O grupo “Equipamentos de transporte” regista o crescimento de cerca de 36% da VCR na cadeia de valor global, em 2000, acompanhado pelo crescimento do seu peso nas exportações nacionais. Destaque-se o contributo do *cluster* automóvel, através da Autoeuropa que inicia a sua atividade no 2.º semestre de 1995.

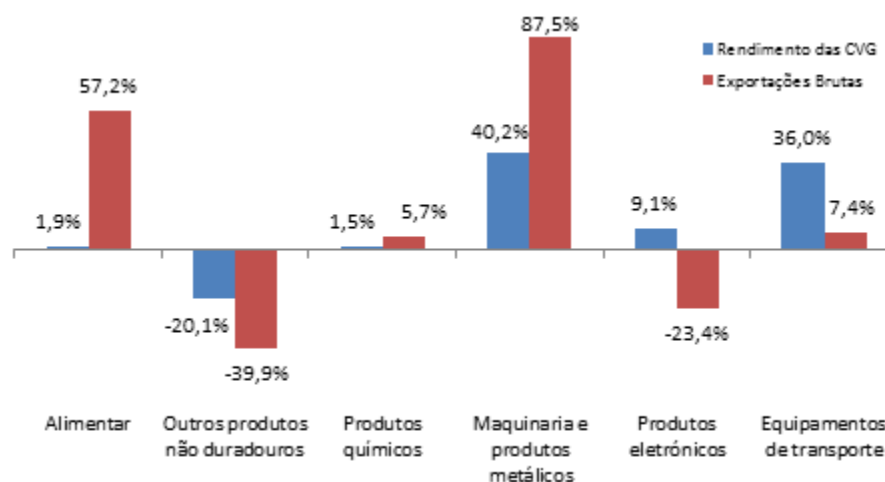
No período 1995 e 2011, o setor nacional dos “Produtos eletrónicos” (30 a 33) registou uma diminuição de competitividade de acordo com abordagem baseada nas exportações, contrariamente ao que se verifica

pelo método das cadeias de valor global, cujos valores obtidos para o mesmo setor aumentaram em 9,1% no mesmo período (figura 5). Em 2009, o encerramento da fábrica de componentes eletrónicos, a Qui-monda, uma das principais exportadoras nacionais, originou uma quebra do peso deste setor nas exportações nacionais. A empresa que lhe sucede em 2009, a Nanium, prossegue a atividade na área das soluções de fabrico de semicondutores e investe forte em I&D intramuros.

Focando a análise na variação entre os anos de 1995 e 2011 (figura 5), verifica-se, uma vez mais, que as variações que ocorrem nas vantagens comparativas baseadas nas CVG são inferiores às que ocorrem nas baseadas nas exportações brutas.

A figura 5 evidencia factos interessantes ocorridos no período de 1995 a 2011. Os agregados “Maquinaria e produtos metálicos” (27 a 29), “Equipamentos de Transporte” (34 e 35) e “Produtos eletrónicos” (30 a 33) registaram um aumento das suas VCR baseadas nas cadeias de valor, de 40,2%, 36% e 9%, respetivamente.

Figura 5: Taxa de variação das VCR de Portugal entre 1995 e 2011



Fonte: Cálculos próprios baseado nos resultados apresentados na figura 4.

Os resultados acima referidos sugerem uma mudança na estrutura produtiva portuguesa. A indústria transformadora nacional tem-se revelado cada vez mais competitiva em setores de mão-de-obra menos intensiva e menos dependentes de recursos endógenos. Esta realidade indica uma maior integração da indústria transformadora portuguesa nas cadeias de valor global, aumentando desta forma a concorrência sobre o tipo de atividade desenvolvida dentro das empresas nacionais, o que, consequentemente, também se traduz em economias cada vez mais assimiladas.

Segundo Amador, J. e Stehrer R. (2014), a participação nas CVG constitui, em geral, uma condição necessária para o sucesso das empresas, mas a sua capacidade de posicionamento nas tarefas que envolvem elevada criação de valor é verdadeiramente crucial para determinar a capacidade de crescimento do produto interno na economia.

2. Conclusões

	Rendimento das CVG	Exportações brutas
<i>Setores onde as VCR melhoraram</i>	Produtos alimentares	Produtos alimentares
	Produtos químicos	Produtos químicos
	Maquinaria e produtos metálicos	Maquinaria e produtos metálicos
	Produtos eletrónicos	Equipamentos de Transporte
	Equipamentos de Transporte	
<i>Setores onde as VCR diminuíram</i>	Outros produtos não duradouros	Outros produtos não duradouros
		Produtos eletrónicos

Fonte: Baseado nos resultados apresentados na figura 4.

- A concorrência é cada vez maior sobre o tipo de atividade desenvolvida dentro das empresas, deixando de ser sobre os bens que são produzidos, o que consequentemente se traduz em economias cada vez mais integradas. Como resultado desta recente evolução, os indicadores convencionais de competitividade baseados nas exportações brutas são cada vez menos informativos, surgindo a necessidade de procurar novas abordagens para analisar a competitividade dos países e das empresas na economia global;
- De acordo com ambos os métodos de análise de competitividade, Portugal apresenta VCR nos agregados “Alimentar” e “Outros produtos não duradouros”. Estes dois agregados têm características em comum, ambos se baseiam em bens endógenos e são exportadores tradicionais da economia portuguesa;
- No período 1995 e 2011, os “Produtos eletrónicos” nacionais registaram uma diminuição de competitividade na perspetiva das exportações, mas aumentaram a sua vantagem comparativa revelada na cadeia de valor global em 9,1% no mesmo período;
- As vantagens comparativas de Portugal estão a evoluir positivamente em atividades realizadas em redes globais de produção de máquinas, produtos metálicos, equipamentos de transporte e produtos eletrónicos, embora se registe um declínio na produção de bens não duradouros;
- Ser muito competitivo em termos de exportações não gera necessariamente rendimentos elevados na economia nacional, como é evidenciado no setor alimentar português (figura 5);
- A economia portuguesa está cada vez mais integrada no sistema internacional de comércio. Contudo, existe ainda uma larga margem para reforçar a sua participação nas atividades de maior valor acrescentado das CVG. De acordo com Baldwin (2012), estas etapas são a pré-fabricação, onde se realiza a I&D, conceção e o *design*, ou etapas perto do consumidor final, correspondendo serviços de pós-fabricação (venda, marketing e outros serviços pós-venda). Os níveis intermédios de produção, especialmente a montagem, parecem gerar menos valor acrescentado;
- Segundo Amador, J. e Stehrer R. (2014), o reforço da integração nos mercados externos e particularmente nas CVG é um aspeto importante do processo de reestruturação da economia portuguesa e uma condição necessária para um maior crescimento do produto potencial. Em termos de consequências de política, é importante notar que a participação nas CVG não é uma condição suficiente para garantir um bom desempenho económico. Um fator importante é ter empresas posicionadas nas etapas das CVG onde a maior parte do valor acrescentado é criado;
- Importa aprofundar a informação disponível sobre as cadeias de valor da indústria transformadora a nível mundial, nomeadamente a *World Input-Output Database*, a qual é ainda muito agregada, o que limita a análise das vantagens comparativas para os diversos países, incluindo Portugal. O correto conhecimento das CVG é crucial para antecipar mudanças nas suas dinâmicas futuras, possibilitando a realização de previsões dos desenvolvimentos macroeconómicos e a compreensão do papel que as políticas podem desempenhar na modelação deste fenómeno.

Referências Bibliográficas

- Amador, J. e Stehrer R.** (2014), “As Exportações Portuguesas nas Cadeias de Valor Globais”, Boletim Económico do Banco de Portugal, Abril de 2014.
- Amador, J. e Cabral, S.** (2016), “Networks of value added trade”, ECB Working Paper 1931, July 2016.
- Baldwin, R.** (2012), “Global supply chains: Why they emerged, why they matter, and where they are going”, CEPR Discussion Papers 9103, Centre for Economic Policy Research.
- Baldwin, R. e Robert-Nicoud, F.** (2014), “Trade-in-goods and trade-in-tasks: An integrating framework”, Journal of International Economics 92(1), 51–62.
- European Commission** (2014), “European Competitiveness Report 2014 – Helping Firms Grow”, Commission Staff Working Document, SWD (2014) 6319 final, October.
- Marcel P. Timmer, Erik Dietzenbacher, Bart Los, Robert Stehrer, and Gaaitzen J. de Vries** (2014) “The world input-output database: content, concepts and applications”, **OECD** (2013), “Interconnected Economies. Benefiting from Global Value Chains”, OECD Publishing, 28th May 2014.
- OECD, WTO and World Bank Group** (2014), “Global Value Chains: challenges, opportunities and implications for policy”, Report prepared for submission to the G20 Trade Ministers Meeting, 19 July 2014.
- OECD and WTO** (2013), “Trade in Value Added (TiVA) Indicators – Portugal, May 2013.
- Timmer et al.** (2013), “Fragmentation, Incomes and Jobs - An Analysis of European Competitiveness”, Paper prepared for the 57th Panel Meeting of Economic Policy, November 2013.
- World Input-Output Database - www.wiod.org**
- Instituto Nacional de Estatística - www.ine.pt**
- Eurostat – www.ec.europa.eu/eurostat**

Anexo:

Tabela 1 – Indústrias transformadoras de acordo com a ISIC rev.3

ISIC Rev.3 - Indústria Transformadora	
D	Manufacturing
15	Manufacture of food products and beverages
16	Manufacture of tobacco products
17	Manufacture of textiles
18	Manufacture of wearing apparel; dressing and dyeing of fur
19	Tanning and dressing of leather; manufacture of luggage, handbags, saddlery, harness and footwear
20	Manufacture of wood and of products of wood and cork, except furniture; manufacture of articles of straw and plaiting materials
21	Manufacture of paper and paper products
22	Publishing, printing and reproduction of recorded media
23	Manufacture of coke, refined petroleum products and nuclear fuel
24	Manufacture of chemicals and chemical products
25	Manufacture of rubber and plastics products
26	Manufacture of other non-metallic mineral products
27	Manufacture of basic metals
28	Manufacture of fabricated metal products, except machinery and equipment
29	Manufacture of machinery and equipment n.e.c.
30	Manufacture of office, accounting and computing machinery
31	Manufacture of electrical machinery and apparatus n.e.c.
32	Manufacture of radio, television and communication equipment and apparatus
33	Manufacture of medical, precision and optical instruments, watches and clocks
34	Manufacture of motor vehicles, trailers and semi-trailers
35	Manufacture of other transport equipment
36	Manufacture of furniture; manufacturing n.e.c.
37	Recycling

Tabela 2 – Vantagens Comparativas Reveladas baseadas no rendimento das CVG por produto, 1995 e 2011

	1995							2011						
	Alimentar	Outros produtos não duradouros	Madeira	Produtos químicos	Maquinaria e produtos metálicos	Produtos eletrónicos	Equipamentos de transporte	Alimentar	Outros produtos não duradouros	Madeira	Produtos químicos	Maquinaria e produtos metálicos	Produtos eletrónicos	Equipamentos de transporte
Alemanha	0,7	0,8	1,3	1,1	1,4	0,9	1,3	0,6	0,6	1,2	1,0	1,4	0,9	1,6
Austrália	1,5	1,1	1,2	1,0	0,7	0,5	0,7	1,1	0,8	1,6	1,0	1,3	0,8	0,9
Áustria	0,9	1,2	1,4	1,0	1,2	0,9	0,7	0,8	0,9	1,6	0,8	1,6	0,9	1,1
Bélgica	1,0	1,0	1,0	1,3	1,0	0,7	1,2	0,9	0,8	1,3	1,5	1,0	0,6	1,0
Brasil	1,2	1,5	0,6	1,2	0,7	0,8	0,8	1,2	1,1	0,8	1,2	0,8	0,6	1,0
Bulgária	1,7	1,5	1,0	1,0	0,6	0,3	0,4	1,3	1,7	0,7	0,8	1,3	0,5	0,5
Canadá	1,0	0,7	1,6	1,0	0,7	0,7	1,6	0,8	0,7	1,8	1,2	0,8	0,5	1,7
China	1,0	1,8	0,6	0,9	1,0	1,0	0,5	0,8	1,6	0,2	0,4	1,2	1,6	0,9
Chipre	1,6	2,0	1,8	0,9	0,4	0,2	0,2	1,9	0,9	2,8	1,0	0,5	0,3	0,3
Coreia	0,8	1,3	0,5	0,5	0,9	1,3	1,4	0,5	0,8	0,5	0,4	1,1	1,8	1,9
Dinamarca	1,4	1,0	1,2	1,0	1,0	0,7	0,5	1,1	0,7	1,2	1,6	1,1	0,9	0,5
Eslováquia	1,1	1,3	1,4	1,2	0,9	0,6	0,8	0,7	0,9	2,0	0,6	1,1	1,2	1,4
Eslovénia	0,7	1,8	1,2	1,2	1,1	0,8	0,7	0,6	1,0	1,4	1,3	1,4	0,8	1,1
Espanha	1,2	1,4	1,1	1,0	0,6	0,5	1,2	1,2	0,9	1,4	1,0	0,8	0,5	1,2
Estados Unidos	0,9	0,8	1,5	1,0	0,8	1,1	1,3	0,9	0,6	2,1	1,2	0,8	1,1	1,1
Estónia	1,6	1,9	1,4	0,7	0,5	0,5	0,3	1,2	1,6	1,7	0,7	0,9	0,8	0,6
Finlândia	1,0	0,7	2,4	0,7	1,2	1,3	0,6	0,8	0,6	2,4	0,9	1,5	1,1	0,7
França	1,0	0,9	1,0	1,1	0,9	0,8	1,4	1,0	0,7	1,2	1,2	1,0	0,7	1,2
Grécia	1,8	1,8	1,3	0,9	0,2	0,3	0,3	1,7	1,6	1,8	1,1	0,5	0,2	0,4
Holanda	1,3	0,9	1,4	1,2	0,9	0,8	0,7	1,2	0,8	1,5	1,4	1,0	0,7	0,7
Hungria	1,5	1,1	0,9	1,2	0,6	0,6	0,7	0,9	0,5	0,9	1,1	1,4	1,0	1,2
Índia	1,1	2,1	0,8	0,9	0,8	0,4	0,8	1,0	1,8	0,6	0,9	1,0	0,7	0,8
Indonésia	1,5	1,5	0,6	0,9	0,3	0,6	0,9	1,6	1,2	0,4	0,9	0,4	0,9	0,7
Irlanda	1,5	0,5	2,8	1,3	0,4	1,2	0,3	1,1	0,4	3,1	2,1	0,4	1,1	0,4
Itália	0,7	1,9	1,1	0,9	1,3	0,7	0,7	0,8	1,8	1,3	0,7	1,6	0,6	0,8
Japão	0,9	0,6	0,4	0,6	1,5	1,5	1,1	1,1	0,5	0,4	0,6	1,3	1,2	1,3
Letónia	1,7	1,5	0,6	1,2	0,7	0,4	0,3	1,6	1,4	1,0	1,2	0,5	0,4	0,5
Lituânia	1,6	1,6	2,1	0,6	0,5	0,4	0,4	1,6	1,2	2,3	0,7	0,7	0,5	0,6
Luxemburgo	0,9	1,0	1,2	1,2	1,2	0,7	1,0	0,8	1,3	1,1	0,9	1,2	0,9	1,0
Malta	0,8	2,2	1,1	1,1	0,6	1,0	0,7	0,8	1,4	1,4	1,3	0,6	1,2	0,8
México	1,4	0,6	0,7	1,9	0,5	0,6	1,0	1,4	0,6	0,7	1,6	0,5	0,5	1,2
Polónia	1,4	1,3	1,1	0,9	0,7	0,5	0,7	1,2	1,0	1,5	1,0	0,9	0,6	1,1
Portugal	1,0	2,7	0,9	0,8	0,5	0,5	0,5	1,1	2,1	1,5	0,8	0,7	0,5	0,7
Reino Unido	0,8	1,0	1,6	1,3	1,0	1,0	1,0	0,8	0,8	2,1	1,3	1,0	0,7	1,2
República Checa	1,1	1,2	0,9	0,9	1,3	0,6	0,8	0,7	0,9	1,0	0,8	1,2	0,9	1,7
Roménia	1,6	1,6	0,5	0,9	0,7	0,5	0,5	1,3	1,4	0,7	0,9	0,8	0,4	1,1
Rússia	1,3	0,7	0,6	1,7	1,0	0,5	0,8	1,1	0,6	0,7	2,1	1,0	0,5	0,7
Suécia	0,8	0,6	1,6	0,9	1,2	1,2	1,3	0,6	0,6	1,6	0,9	1,4	1,1	1,4
Taiwan	0,8	1,4	0,5	0,8	1,3	1,4	0,8	0,5	0,9	0,6	0,6	1,2	2,6	0,9
Turquia	1,1	1,9	0,6	1,2	0,9	0,4	0,6	1,3	2,4	0,8	0,7	0,8	0,4	0,5

Fonte: Com base em Timmeret al. (2013)

Nota: Os agregados dividem-se da seguinte forma: Alimentar (inclui as indústrias ISIC rev.3 15 e 16), Outros produtos não duradouros (17 a 20, 36 e 37), Produtos químicos (23 a 26), Maquinaria e produtos metálicos (27 a 29), Produtos eletrónicos (30 a 33) e Equipamentos de Transporte (34 e 35).

Iniciativas e Medidas Legislativas

1. Iniciativas

Iniciativa	Sumário
Reunião Conselho ECOFIN 11 de outubro de 2016	Do debate ocorrido no Conselho ECOFIN de 11 de outubro de 2016 destacam-se os seguintes temas: ▪ Financiamento da luta contra as alterações climáticas: O Conselho adotou um conjunto de conclusões relativamente ao financiamento da luta contra as alterações climáticas como contributo para as negociações da 22.ª sessão da Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, que irão decorrer em Marrakech, Marrocos, de 7 a 18 de novembro. Nestas conclusões, o Conselho reafirma o compromisso da UE e dos estados-membros para aumentar progressivamente a mobilização desse financiamento, que representou cerca de EUR 17,7 mil milhões em 2015, montante significativamente acima do nível observado em 2014, com particular foco em adaptação, e enfatizando a importância de uma abordagem orientada para os resultados. O Conselho saúda ainda a preparação de um calendário para atingir o objetivo de mobilizar USD 100 mil milhões por ano até 2020, reiterando a importância do financiamento público para o mesmo. As conclusões acolhem ainda os compromissos feitos pelos bancos multilaterais de desenvolvimento para fortalecer a integração da mitigação das alterações climáticas e saúda as contribuições feitas por alguns países emergentes e em desenvolvimento. Finalmente, o Conselho reconhece a importância do sector privado como fonte de financiamento, saúda o sinal forte dado pelo Acordo de Paris no sentido de reorientar fluxos financeiros para investimentos com baixas emissões de carbono e resiliente em termos de clima e destaca o facto de o quadro de transparência ser fundamental para uma implementação bem sucedida deste Acordo. ▪ Semestre Europeu: O Conselho fez um balanço do ciclo anual de monitorização de políticas económicas e orçamentais (Semestre Europeu) com base nas lições tiradas do exercício de 2016. Os Ministros concordaram que o exercício em causa representou um progresso face a anos anteriores, existindo, no entanto, margem para o tornar ainda mais fácil e eficaz.
Programa Especial de Redução do Endividamento ao Estado Conselho de Ministros de 6 de outubro	Aprovado o Programa Especial de Redução do Endividamento ao Estado (PERES) para quem tenha dívidas fiscais ou à Segurança Social que não tenham sido pagas nos seus prazos normais (até 31 de maio de 2016 para as dívidas fiscais e até 31 de dezembro de 2015 para as dívidas à Segurança Social). Através deste Programa, os contribuintes em situação de incumprimento poderão realizar, até ao final deste ano, o pagamento integral do valor em dívida com dispensa do pagamento de juros, ou aderir a um plano de pagamento a prestações, com a duração máxima de 11 anos e sem exigência de prestação de garantia.
OE e GOP 2017 Conselho de Ministros de 13 de outubro	Aprovada a Proposta de Lei do Orçamento do Estado (OE) para 2017, assim como o Relatório que o acompanha, as Grandes Opções do Plano (GOP) e o Quadro Plurianual de Programação Orçamental.
Conselho Económico e Social Resolução da Assembleia da República	Eleição do Presidente do Conselho Económico e Social.

Iniciativa	Sumário
blica n.º 202/2016 - Diário da República n.º 200/2016, Série I de 2016-10-18	
Articulação das políticas públicas de internacionalização Conselho de Minis- tros de 20 de outu- bro	Aprovado um conjunto de orientações para a articulação da política de internacionalização do ensino superior e da ciência e tecnologia com as demais políticas públicas de internacionalização. Visando essencialmente cinco objetivos: • Valorização do processo de internacionalização do ensino superior e da investigação científica e tecnológica em Portugal; incluindo as iniciativas «Study in Portugal» e «Research in Portugal», assim como a simplificação dos processos de obtenção de vistos para estudantes e investigadores estrangeiros em Portugal; • Valorização da área da ciência e do ensino superior no desenvolvimento da cooperação com países terceiros, incluindo a promoção de repositórios científicos e o estímulo da ciência aberta em português, o lançamento da «Iniciativa Conhecimento para o Desenvolvimento» em colaboração com a dinamização do «Centro Unesco para a formação avançada de cientistas em português», assim como da iniciativa «Asia Portugal Science and Culture»; • Valorização da cooperação internacional em ciência e tecnologia, incluindo a promoção de uma agenda científica e tecnológica para o Atlântico e a criação de um centro internacional de I&D centrado nos Açores, a dinamização de uma agenda científica e tecnológica para o Mediterrâneo, e a preparação de uma nova ação de apoio à valorização económica da I&D, «International Science and Technology Partnerships Portugal»; • Valorização do relacionamento com as comunidades académicas e científicas portuguesas residentes no estrangeiro, incluindo a promoção do relacionamento com as diásporas científicas no estrangeiro, através da iniciativa «Spyder Portugal»; • Promoção da diplomacia científica, incluindo a colocação pela FCT de «Conselheiros Científicos» em missões diplomáticas de Portugal no estrangeiro e no lançamento de um Seminário sobre «Política de ciência e tecnologia» para diplomatas e conselheiros diplomáticos.
Programa Nacional para a Coesão Terri- torial Conselho de Minis- tros de 20 de outu- bro	Aprovado o Programa Nacional para a Coesão Territorial (PNCT), desenvolvido pela Unidade de Missão para a Valorização do Interior. O PNCT identificou 164 medidas nas várias áreas de governação que lançam uma nova etapa para o desenvolvimento dos territórios do interior, contrariando a tendência de desertificação dos últimos anos. De entre as medidas destacam-se a definição de um quadro fiscal mais favorável, incentivos à fixação de médicos no interior, o apoio à mobilidade geográfica de desempregados, instalação de serviços públicos no interior, medidas de alargamento da mobilidade e transportes no território e medidas de discriminação positiva dos territórios do interior no Portugal 2020.

2. Seleção de Medidas Legislativas

Assunto/Diploma	Descrição
<i>Taxa Unitária de Terminal</i> Portaria n.º 258/2016 - Diário da República n.º 189/2016, Série I de 2016-09-30	Determina o quantitativo da taxa unitária de terminal a utilizar para o cálculo dos serviços de navegação aérea de terminal prestados pela Navegação Aérea de Portugal - NAV Portugal, E. P. E., e revoga a Portaria n.º 155/2015, de 28 de maio.
<i>Impostos Diferidos</i> Portaria n.º 259/2016 - Diário da República n.º 191/2016, Série I de 2016-10-04	Portaria que regulamenta os procedimentos do REAID. Regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos que tenham resultado da não dedução de gastos e variações patrimoniais negativas com perdas por imparidade em créditos e com benefícios pós-emprego ou a longo prazo de empregados.
<i>Atualização das pensões</i> Portaria n.º 261/2016 - Diário da República n.º 193/2016, Série I de 2016-10-07	Determina os valores dos coeficientes a utilizar na atualização das remunerações de referência que servem de base de cálculo das pensões de invalidez e velhice do sistema previdencial e das pensões de aposentação, reforma e invalidez do regime de proteção social convergente.
<i>Comparticipação de medicamentos</i> Portaria n.º 262/2016 - Diário da República n.º 193/2016, Série I de 2016-10-07	Regulamenta a remuneração específica atribuída às farmácias, por dispensa de medicamentos comparticipados, em função da redução dos preços de referência.
<i>Mecanismo automático de acesso e troca de informações financeiras</i> Decreto-lei n.º 64/2016 - Diário da República n.º 195/2016, Série I de 2016-10-11	No uso da autorização legislativa concedida pelo n.º 1, 2 e 3 do artigo 188.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, regula a troca automática de informações obrigatória no domínio da fiscalidade e prevê regras de comunicação e de diligência pelas instituições financeiras relativamente a contas financeiras, transpondo a Diretiva n.º 2014/107/UE, do Conselho, de 9 de dezembro de 2014, que altera a Diretiva n.º 2011/16/UE.
<i>Regulamento Específico do Domínio da Inclusão Social e Emprego</i> Portaria n.º 265/2016 - Diário da República n.º 197/2016, Série I de 2016-10-13	Segunda alteração ao Regulamento Específico do Domínio da Inclusão Social e Emprego, aprovado em anexo à Portaria n.º 97-A/2015, de 30 de março.
<i>Imobiliário Público</i> Despacho n.º 12426/2016 - Diário da República n.º 199/2016, Série II de 2016-10-17	Cria um Grupo de Trabalho interministerial para criação de um portal especializado em imobiliário público, e define a sua constituição.
<i>Promoção de Eficiência no Consumo de Energia Elétrica</i> Despacho n.º 12458/2016 - Diário da República n.º 199/2016, Série II de 2016-10-17	Homologação da lista das candidaturas apresentadas ao Plano de Promoção de Eficiência no Consumo de Energia Elétrica (PPEC) 2017-2018.
<i>Sistema de alerta de diretivas</i> Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2016 - Diário da República n.º 206/2016, Série I de 2016-10-26	Cria o sistema de alerta de diretivas, que permite a identificação dos comités e dos grupos de trabalho da Comissão Europeia e do Conselho de preparação e negociação de atos jurídicos da União Europeia (UE) em curso, a atualização da informação e o seu ponto de situação.
<i>Acompanhamento Personalizado para o Emprego</i> Portaria n.º 282/2016 - Diário da República n.º 207/2016, Série I de 2016-10-27	Portaria que procede à regulamentação do modelo de acompanhamento personalizado para o emprego, bem como das modalidades e formas de execução do Plano Pessoal de Emprego (PPE), da realização e demonstração probatória da procura ativa de emprego e de outras vertentes relevantes para a concretização das obrigações.

Lista de Acrónimos

Lista de Acrónimos

Siglas	Descrição	Siglas	Descrição
ACAP	Associação do Comércio Automóvel de Portugal	IUC	Imposto Único de Circulação
ADSE	Direção-geral de Proteção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública	IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
AL	Administração Local	MC	<i>Ministry of Commerce of China</i>
AR	Administração Regional	Michigan	Universidade de Michigan
BCE	Banco Central Europeu	NBSC	<i>National Bureau of Statistics of China</i>
BEA	<i>Bureau of Economic Analysis</i>	OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
BGFRS	<i>Board of Governors of the Federal Reserve System</i>	OE	Orçamento do Estado
BLS	<i>Bureau of Labour Statistic</i>	ONS	Instituto Nacional de Estatística do Reino Unido
BP	Banco de Portugal	OT	Obrigações do Tesouro
BT	Bilhetes do Tesouro	PIB	Produto Interno Bruto
BVL	Bolsa de Valores de Lisboa e Porto	SDDS	<i>Special Data Dissemination Standard</i>
CE	Comissão Europeia	SFA	Serviços e Fundos Autónomos
CEDIC	Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo	SNS	Serviço Nacional de Saúde
CGA	Caixa Geral de Aposentações	SS	Segurança Social
CMM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários	UE	União Europeia
COGJ	<i>Cabinet Office Government of Japan</i>	VAB	Valor Acrescentado Bruto
DGEG	Direção-geral de Energia e Geologia	Yahoo	<i>Finance Yahoo</i>
DGO	Direção-geral do Orçamento		
DGT	Direção-geral do Tesouro		
EPA	<i>Economic Planning Agency</i>		
Eurostat	Instituto de Estatística da UE		
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo		
FMI	Fundo Monetário Internacional		
FSO	Instituto Nacional de Estatística da Alemanha		
GEE	Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia		
GPEARI	Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério das Finanças		
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional		
IGCP	Instituto de Gestão do Crédito Público		
IGFSS	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social		
IHPC	Índice Harmonizado de Preços no Consumidor		
INE	Instituto Nacional de Estatística		
INSEE	Instituto Nacional de Estatística da França		
IPC	Índice de Preços no Consumidor		
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas		
IRS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares		
IS	Imposto do Selo		
ISM	<i>Institute for Supply Management</i>		
ISP	Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos		
ISTAT	Instituto Nacional de Estatística da Itália		
ISV	Imposto sobre Veículos		

Siglas	Unidades
%	Porcentagem
p.p.	Pontos percentuais
p.b.	Pontos base
EUR/USD	Dólar americano por euros
EUR/GBP	Libra esterlina por euros
MM3	Médias móveis de três termos
SRE	Saldo de respostas extremas
VA	Valores acumulados
VC	Variação em cadeia
VCS	Valor corrigido de sazonalidade
VE	Valor efetivo
VH	Variação homóloga
VHA	Variação homóloga acumulada
VITA	Variação intertabelas anualizada. Refere-se a Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho publicados desde o início do ano até ao mês em referência e com início de eficácia no respetivo ano

Notas Gerais

Unidade – unidade/medida em que a série se encontra expressa.

: representa valor não disponível.

- não se aplica.